



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

BRAGA

O papel do psicólogo nas instituições de acolhimento

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em **Psicologia
Clínica e da Saúde**

Marta Maria Carreira Gomes

Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais

JUNHO 2016



CATÓLICA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

BRAGA

O papel do psicólogo nas instituições de acolhimento

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Católica Portuguesa para obtenção
do grau de mestre em **Psicologia Clínica e da
Saúde**

Marta Maria Carreira Gomes

Sob a Orientação da Prof.^a Doutora **Armanda Paula
Cunha Gonçalves**

Resumo

As instituições de acolhimento de crianças e jovens são uma resposta social necessária quando se esgotam todas as probabilidades para resolver uma situação de risco. O papel da instituição torna-se fundamental no desenvolvimento das crianças e jovens e no trabalho contínuo da sua preparação para a reinserção na sociedade. O presente estudo explora a perceção de psicólogos sobre a sua prática profissional em contexto institucional. A literatura revela ainda poucos estudos que refletem sobre a perspetiva do próprio profissional sobre as suas funções e papéis.

Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas a sete psicólogos para aferir a sua perceção sobre as funções, contributo para a instituição, trabalho em equipa multidisciplinar, reflexão sobre as dificuldades e grau de satisfação. Os resultados obtidos permitiram constatar que a postura de um psicólogo institucional difere da visão clássica da psicologia, que o seu papel difere de acordo com as políticas institucionais, e que as dificuldades percecionadas influenciam a sua prática profissional.

Palavras-chaves: papel do psicólogo; instituições de acolhimento.

Abstract

The host institutions for children are a social answer when all the probabilities to solve the risk situation are sold out. The host institution role is fundamental in the children development and in the continuous preparation for their society reintegration. The present study, explores the psychologists perception about their professional practice in the institutional context. The literature reveals a few studies yet, that reflects about the professional perspective about their functions and roles.

We applied semi structured interviews to seven psychologists with the purpose of knowing their perception about their functions, contribute to the institution, multidisciplinary team work, a reflection about their difficulties and satisfaction level. The results allow us to perceive that the institutional psychologists posture is different from the classic psychology point of view, that is role is different according to the institutional policies and that the perceived difficulties have implications on the professional practices.

Keywords: psychologist role; host institutions.

Índice

	Página
Resumo	I
Índice	II
Índice dos apêndices	II
Índice das siglas e acrónimos	III
Introdução	IV
1. Papel do psicólogo nas instituições de acolhimento	6
1.1. Lei de proteção de crianças e jovens em perigo	6
1.2. Fatores de risco de situações de acolhimento	7
1.3. Equipa multidisciplinar e papel do psicólogo	8
1.4. Estudos no âmbito das instituições de acolhimento na prestação de cuidados	10
2. Metodologia	12
2.1. Abordagem do estudo	12
2.2. Processo de amostragem e participantes	12
2.3. Instrumentos	13
2.4. Procedimentos	14
3. Resultados	16
4. Discussão	20
5. Conclusão	23
6. Referências bibliográficas	25
Índice dos apêndices	
Apêndice A: Entrevista a psicólogos	
Apêndice B: Questionário sociodemográfico a psicólogos	
Apêndice C: Carta à instituição	
Apêndice D: Carta de explicação do estudo e do consentimento	
Apêndice E: Tabela de categorização	

Índice das siglas e acrónimos

CAT: Centro de Acolhimento Temporário

CNPCJR: Comissão Nacional de Proteção a Crianças e Jovens em Risco

CPCJ: Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

CPM: Comissões de Proteção de Menores

LIJ: Lar de Infância e Juventude

LPCJP: Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

LTE: Lei Tutelar Educativa

Introdução

Até ao século XIX, a infância era considerada uma fase semelhante à vida adulta. É no século XX que se começa a investir em políticas sociais pensando nos grupos sociais desfavorecidos (e.g., classe operária) e criando políticas sociais nas quais estavam inseridas as medidas de proteção à infância e juventude. Diminuíram-se os custos com a educação, objetivando que as classes mais desfavorecidas acessem à escolaridade obrigatória. Este foi o primeiro passo para que as medidas políticas começassem a visar prevenir comportamentos desviantes e aumentar a possibilidade de um desenvolvimento saudável (Tomás & Fonseca, 2004).

Com a evolução do constructo da infância criaram-se ao longo dos tempos diversas entidades e atualmente as situações de perigo para crianças e jovens têm uma visibilidade social crescente. Em Portugal fundaram-se, em 2001, as Comissões de Proteção de Menores (CPM), mais tarde foram constituídas as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) em substituição das CPM. A responsabilidade de coordenar e avaliar a ação das CPCJ pertence à Comissão Nacional de Proteção a Crianças e Jovens em Risco. As conseqüentes alterações da lei, alertaram para o dever de se persistir numa tentativa de solucionar as situações de perigo para as crianças e jovens fora dos tribunais e o dever de procurar aplicar medidas alternativas ao acolhimento institucional (Tomás & Fonseca, 2004). Atualmente, o exercício da CPCJ no que refere à regulação dos processos judiciais de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo, encontra-se sobre a alçada da Lei 147/99 de 1 de setembro.

As CPCJ são instituições oficiais não judiciárias, com autonomia funcional, que objetivam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral (Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco [CNPCJR], 2016). Para este propósito, criaram-se medidas de promoção e proteção, a mencionar: apoio junto dos pais e outro familiar; confiança à pessoa idónea; apoio para a autonomia de vida; acolhimento familiar ou em instituição; confiança à pessoa selecionada para adoção ou instituição com vista a futura adoção (CNPCJR, 2016). A presente dissertação irá incidir exclusivamente na medida de promoção e proteção de acolhimento em instituição.

As respostas sociais para o acolhimento em instituição de crianças e jovens são: centros de acolhimento temporário (CAT), lares de infância e juventude (LIJ), lares de

infância e juventude especializados, unidades de emergência, casas de acolhimento de emergência, apartamentos de autonomização, centros de apoio à vida, lares residenciais, lares de apoio, colégios de ensino especial, comunidades terapêuticas e comunidades de inserção (CASA, 2014). A instituição de acolhimento, aquando reunidas condições relacionais, emocionais e materiais favoráveis ao desenvolvimento saudável da criança/jovem, torna-se muitas vezes a resposta social mais indicada, em prol da continuidade da vivência da criança/jovem num contexto familiar inadequado (Valle & Zurita, 2000).

O foco da presente dissertação, bem como o seu objetivo principal é a exploração do papel do psicólogo e da perceção do mesmo sobre o seu trabalho nas instituições de acolhimento. Na literatura atual constata-se que existe uma lacuna na investigação, sobre a perspetiva dos profissionais que exercem funções em instituições de acolhimento justificando assim a pertinência do tema desta dissertação.

Para este estudo, definiram-se os seguintes objetivos específicos: a) caraterizar as funções desempenhadas pelo psicólogo; b) refletir sobre as dificuldades e constrangimentos; c) compreender os contributos dos psicólogos para a instituição e d) avaliar o seu grau de satisfação. Foi utilizada uma metodologia qualitativa, recorrendo a entrevistas semiestruturadas e a partir da análise do seu conteúdo, foi possível aferir com mais acuidade a perceção dos psicólogos sobre o seu trabalho em instituições de acolhimento.

Após uma revisão da literatura sobre o estado de arte dos estudos sobre o papel dos psicólogos nas instituições de acolhimento, bem como o enquadramento teórico, apresentamos a metodologia, processos de amostragem, instrumentos e procedimentos, seguindo-se os resultados, a discussão dos mesmos e conclusão.

1. Papel do psicólogo nas instituições de acolhimento

A revisão da literatura procurou aferir o enquadramento e a pertinência do estudo apresentado, assim como perceber o estado-arte ao nível das investigações já existentes sobre o tema em estudo.

1.1. Lei de proteção de crianças e jovens em perigo.

A Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro designa a lei de proteção de crianças e jovens em perigo (LPCJP). O objetivo da LPCJP é constar os direitos das crianças e jovens, mas também evitar circunstâncias que possam causar danos ao seu desenvolvimento. O conceito de situação de risco e situação de perigo passam a ser distinguidos porque a criança encontra-se perante um facto causal que possibilita determinar dano aos seus direitos em caso de perigo, enquanto que, em situação de risco significava que ainda existia uma averiguação de determinado facto que poderia originar uma situação de dano ou diminuir a proteção que a lei confere à criança e jovem (Borges, 2007).

Esta lei pretende proteger e promover os direitos daqueles que tenham menos de 18 anos ou até menos 21 ano no caso da intervenção do Estado e da comunidade ter tido lugar antes do jovem atingir a maioridade. A LPCJP destina-se a todas as crianças e jovens que estão numa situação vulnerável e residem em território nacional ou sejam portugueses estrangeiros (Borges, 2007).

A medida de acolhimento é executada quando o contexto familiar da criança/jovem esgota todas as condições para o desenvolvimento sadio da criança, fazendo com que a exposição contínua lhe possa causar dano físico ou psíquico. A intervenção é vista como diferente da relação parental em que estas crianças e jovens se desenvolviam. Há a possibilidade da relação parental desmoronar e existir desvinculação se esta interferir com os interesses da criança/jovem, perante a situação de perigo, visando uma intervenção mínima e participada (Borges, 2007).

Às entidades responsáveis pelas crianças e jovens em perigo compete-lhes o desenvolvimento de atividades interventivas. As medidas de promoção de direitos e de proteção são unicamente aplicáveis pelas CPCJs e pelos tribunais. Os conceitos promoção e proteção pretendem que haja um compromisso das CPCJs em estabelecer um plano para alcançar o objetivo da lei, sendo que as medidas defendem as crianças e jovens acionando os seus direitos (Borges, 2007).

Com a lei tutelar educativa (LTE – Lei nº166/99 de 14 de setembro) pretende-se a análise da situação atual e propõe-se aspetos legislativos e institucionais que tendem a estabelecer um sistema de intervenção junto de menores jurídico-constitucionalmente legitimados. A intervenção junto das crianças em perigo é diferente das crianças que cometem crimes. No entanto, foi estabelecido que os jovens que praticam atos criminosos similarmente necessitam de proteção, atendendo à sua vulnerabilidade social e económica, impondo que o regime atual da lei aplicasse o seguinte, os jovens com idades entre os 12 e 16 anos que pratiquem um ato qualificado como crime serão acompanhados pelo novo regime de proteção de crianças e jovens em perigo, mas as leis serão devidamente articuladas entre si (Ramião, 2014).

1.2. Fatores de risco de situações de acolhimento.

Pianta e Walsh (1996) mencionam que uma criança está em risco quando “partilha com um grupo uma determinada probabilidade de ocorrência futura de um determinado acontecimento ou de uma determinada evolução que é superior à probabilidade da população geral” (p.17). Exemplificando, uma criança exposta a violência familiar, terá mais probabilidade de mimetizar os mesmos comportamentos violentos ao longo do seu desenvolvimento. No entanto, é necessário analisar todos os fatores sociais, emocionais e individuais da criança de forma a aferir o grau (maior ou menor) deste facto acontecer. Assim, uma criança ou jovem em risco pressupõe que esta ainda não desenvolveu uma condição indesejada (e.g., delinquência juvenil) mas apresenta mais probabilidade, em comparação com o grupo de pares de no futuro estar nessa condição (Fonseca, 2004).

Importa então evidenciar os fatores de risco que desencadeiam uma situação de acolhimento: falta de supervisão e acompanhamento familiar (60% de situações em que a criança é deixada só, entregue a si própria ou com irmãos igualmente crianças, por largos períodos de tempo); modelos parentais desviantes (35% das situações referem que a criança tem como referência os seus pais, e se estes tiverem padrões de condutas desviantes ou antissociais bem como perturbações do desenvolvimento, os educandos podem acabar por seguir o mesmo percurso); negligência dos cuidados de educação e saúde (32% e 30%); ausência temporária de suporte familiar (11,2%); prática de comportamentos desviantes (9,36%) e a exposição a maus-tratos físicos (7,36%) (CASA, 2014).

É, no entanto, de salientar que mesmo as crianças e jovens em situações de vulnerabilidade podem apresentar níveis de desenvolvimento ou de adaptação

normativos em vários domínios. Neste âmbito destacam-se histórias de vida de jovens que vivenciaram situações adversas e, no entanto, apresentaram uma evolução positiva e favorável. Em algumas situações, a mesma variável pode até constituir um fator de risco numa fase inicial, transformando-se mais tarde num fator de proteção (Fonseca, 2004). Tal acontece pelo fenómeno da resiliência, que se descreve pelo facto de determinados indivíduos parecerem mais facilmente imunes à adversidade, à privação e ao *stress* em comparação ao seu grupo de pares. Por exemplo, crianças criadas em lares expostas a violência, abuso de álcool ou criminalidade talvez tenham mais probabilidade de mais tarde apresentarem comportamentos desviantes (e.g. violência, alcoolismo, roubo, toxicoddependência), no entanto, há relatos de crianças que acabam por se tornar cidadãos saudáveis e até exemplares, mesmo estando expostas a contextos adversos (Fonseca, 2004).

Os fatores de proteção, tais como os fatores de risco, são de natureza diversa podendo estar ligados à criança/jovem, à família, à escola, aos colegas, à comunidade em geral e até à religião. A hierarquização desses fatores varia consoante o problema em causa e a influência dos mesmos é exercida de forma indireta. Por exemplo, uma criança/jovem que tenha experiências escolares positivas, pode atenuar os efeitos negativos da conflitualidade familiar e conseqüentemente enfraquecer a associação entre os conflitos e os problemas da criança/jovem (Fonseca, 2004).

1.3. Equipa multidisciplinar e papel do psicólogo.

De acordo com Bravo e Del Valle (2001) as instituições de acolhimento disponibilizam um ambiente estável que promove o desenvolvimento e a aquisição de aprendizagens relacionadas com a vida em grupo, existindo a oportunidade de partilha de experiências favoráveis para o desenvolvimento de valores (e.g., sociabilidade, sentimentos de pertença e segurança, relações de vínculo, entre outros).

Deste modo, para os jovens das instituições de acolhimento os técnicos podem representar figuras de referência, na medida em os apoiam de forma próxima e organizada (Siqueira & Dell'Aglio, 2006). A vertente humana caracteriza as instituições de acolhimento, mas também pressupõe que as mesmas tenham disponíveis bens e aparelhos indispensáveis ao seu funcionamento num local apropriado. Relativamente aos recursos humanos, é imperativo que a equipa técnica tenha formação adequada para prestar cuidados e responder a necessidades das crianças/jovens, e que esta formação se adequa às funções que irá desempenhar (Pinheiro, 2000).

É da responsabilidade da equipa técnica proporcionar às crianças/jovens um acompanhamento continuado e regular, participando no processo educativo e socio emocional, desde a entrada à saída da instituição (Pinheiro, 2000). A equipa técnica é constituída pelas valências de psicologia, serviço social e educação, devendo ainda dispor da colaboração de profissionais na área de medicina, direito, enfermagem e organização dos tempos livres (Ramião, 2014). Segundo Valle e Zurita (2000) o papel destes profissionais envolve um perfil polivalente, onde existe flexibilidade, maturidade, integridade, responsabilidade, competências emocionais e estabilidade emocional, entre outros atributos.

A equipa técnica de uma instituição de acolhimento é então uma equipa multidisciplinar. No que concerne aos técnicos de serviço social, é função dos mesmos, a elaboração em interação com as crianças/jovens e a sua família um plano de intervenção social que visa um projeto de promoção e reintegração da criança/jovem no seu meio social. Quanto aos técnicos de educação compete-lhes implementar e analisar medidas que ultrapassem as dificuldades educacionais da criança/jovem, elaborar um plano educacional e promover a orientação profissional. Aos médicos e enfermeiros cabe-lhes a função de diagnosticar a existência de maus-tratos ou outro tipo de diagnóstico possível e o plano de superação. Os técnicos de direito deverão definir os limites e limitações dos direitos parentais (e.g., regulação do regime de visitas). Os técnicos de organização de tempos livres terão o papel de ocupar os horários de lazer, desenvolvendo tarefas e atividades de reintegração social e reconstrução individual. A competência do psicólogo, inserido na equipa técnica, é diagnosticar a situação em que a criança/jovem se encontra, explicar os comportamentos familiares que conduziram à situação de perigo e como ultrapassá-la, assim como intervir nos sintomas familiares e sociais inerentes à medida de acolhimento (Borges, 2007).

Ao psicólogo cabe-lhe então atuar de forma abrangente, promovendo um trabalho de relação privilegiado e tripartido entre as crianças/jovens, famílias e a sua rede de suporte social. As funções do psicólogo, no contexto duma instituição de acolhimento são: recolher informação e participar na análise do processo de decisão sobre a integração escolar e inserção no grupo da instituição de acolhimento; promover multidisciplinarymente um ambiente relacional e facilitador da integração na fase da receção das crianças/jovens; promover o contacto direto com as crianças/jovens na realidade do seu dia-a-dia; articular com a equipa técnico-educativa por forma a acompanhar o percurso escolar com regularidade; apoiar os restantes técnicos e a ação

educativa; participar em reuniões periódicas com a equipa técnica para avaliar, delinear e acompanhar o percurso pessoal; participar em reuniões de carácter formativo com os educadores; fazer avaliações psicológicas para estabelecer linhas de orientação e/ou intervenção; apoio psicológico e aconselhamento (diagnóstico de necessidades e encaminhamento); promover a resolução de conflitos; orientar no planeamento da carreira profissional e percurso escolar; participar nas entrevistas com as famílias; participar nas visitas domiciliárias; participar nos momentos de convívios com as famílias das crianças/jovens; articular com Instituições e Serviços; acompanhar o processo de desvinculação das crianças/jovens em conjunto com a equipa multidisciplinar e orientar/acompanhar aquando saída da instituição (Pinheiro, 2000).

1.4. Estudos no âmbito das instituições de acolhimento na prestação de cuidados.

As relações entre os trabalhadores da maioria das instituições são hierarquizadas e dependentes de uma estrutura administrativa autoritária e as decisões formais referentes às crianças são tomadas por quem tem poder (Sigal et al., 2003). Várias investigações têm comprovado que a prestação de cuidados diferenciados às crianças e jovens deve-se à condição de favoritos que parece relacionar-se com características das crianças e jovens (e.g., temperamento, saúde e etnia), que são valorizadas pelos seus cuidadores informais (Gunnar, Bruce, & Grotevant, 2000).

Para Sigal e colaboradores (2003), os fatores responsáveis pelo desenvolvimento bem-sucedido das crianças e jovens, posteriormente ao acolhimento, dependem de duas dimensões: instituição e individual. Ao nível da instituição, é mencionada a apropriação dos contextos sob o ponto de vista social, capacidade de estimulação cognitiva, e administrativo, que facultam o suporte social, assegurando o acompanhamento pós-institucional. Ao nível individual são mencionadas as competências académicas e/ou atléticas das crianças e jovens, existência de interesses bem delineados ou a responsabilidade que assumem, a relação privilegiada com um adulto de referência na instituição, a relação estável com o companheiro/a no início da idade adulta e uma orientação espiritual e religiosa.

As ligações afetivas, externas às relações familiares, criadas em contexto de instituição desempenham um papel fundamental e constituem um fator protetor no desenvolvimento positivo das crianças/jovens. Estudos ressaltam que a qualidade da relação estabelecida com os trabalhadores da instituição apresenta um efeito positivo na

competência de autocontrole, potenciando alguma capacidade de resolução e ponderação face a diversas situações. Os profissionais da instituição representam, assim, um papel importante no trabalho interno destes jovens, evidenciando o desenvolvimento de limites internos e externos que se traduzem em indicadores de maturidade. A proximidade que pauta esta relação advém de uma vivência diária com os jovens, pelo que os profissionais podem ser mais ou menos percebidos num papel de educadores sempre que se encontram disponíveis para compreender as angústias, medos, expectativas e alegrias dos jovens, tornando-se cuidadores informais. Para além do carinho e afeto desenvolvido, estes profissionais aportam também elementos referentes ao estabelecer de limites, sendo consideradas questões extremamente organizadoras no mundo destes jovens (Mota & Matos, 2010).

Pela revisão da literatura, os tipos de trabalho desenvolvido pelos psicólogos em instituições de acolhimento, constituem na sua maioria o atendimento psicoterapêutico individual, aconselhamento, psicoterapia em grupo, trabalho educativo-informativo, escuta ativa, oficinas e visitas domiciliárias. É pertinente ainda referir as dificuldades do trabalho do psicólogo constatadas: infraestruturais, tais como, falta de espaço físico, descontinuidade por parte das crianças/jovens devido ao não comparecimento das mesmas devido a causas individuais, familiares e financeiras, dificuldades culturais, tabus e preconceito sobre a temática da sexualidade e falta de compreensão dos funcionários sobre o papel do psicólogo, políticas, falta de parcerias e insuficiência de profissionais para as atividades (Alberto et al., 2008).

Como corolário, para facilitar o consolidar trabalho de um psicólogo numa instituição de acolhimento, deveria haver uma maior viabilização do sistema de garantias, ou seja, uma comunicação mais efetiva entre órgãos públicos e entidades e uma ampliação da equipa multidisciplinar, tanto em quantidade como em especialidades. Indica o autor a necessidade de uma maior participação e compromisso por parte das crianças/jovens e das suas famílias, além de melhorias financeiras das entidades e entidades educativas, bem como processos de sensibilização comunitária, visando a desconstrução de tabus e estereótipos (Alberto et al., 2008).

2. Metodologia

A escolha do método e instrumentos utilizados neste estudo, teve em conta o alcance dos objetivos, requerendo uma perspectiva ponderada sobre a forma mais adequada de aplicação e as variáveis contextuais.

2.1. Abordagem do estudo.

Estamos perante um estudo qualitativo, que envolve uma abordagem interpretativa e naturalista do mundo, com o objetivo de entender e interpretar o significado que os participantes atribuem a um determinado fenómeno (Denzin & Lincoln, 2000). Creswell (2014) define a pesquisa qualitativa como uma estrutura interpretativa, que estuda os diferentes problemas sociais ou humanos, abordando o significado que lhe atribuem. A abordagem qualitativa é também definida como uma atividade que localiza a experiência do participante (através de notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias e registos) transformando-a numa série de representações, ou seja, práticas interpretativas que tornam o mundo visível (Denzin & Lincoln, 2000).

Na aferição sobre o papel do psicólogo nas instituições de acolhimento, torna-se então pertinente a utilização de um estudo qualitativo, que permita compreender a perceção do mesmo no seu contexto real, atribuindo significado às suas experiências e representações. O desenvolvimento da metodologia visou então a compreensão sobre a perceção do trabalho dos psicólogos nas instituições e acolhimento de crianças e jovens e o alcance seguintes objetivos específicos: a) explorar a visão dos psicólogos sobre as suas funções; b) refletir sobre as dificuldades e constrangimentos experienciadas; c) explorar a perceção perante o seu contributo para as instituições e d) avaliar o seu grau de satisfação.

2.2. Processo de amostragem e participantes.

A escolha dos participantes e o método de amostragem deve ser um processo rigoroso, essencialmente em estudos qualitativos e nos quais se utilizam entrevistas (Flick, 2005). O processo de amostragem utilizado foi não probabilístico porque o estudo pretende explorar um determinado assunto com as pessoas mais habilitadas sobre o tema (Almeida & Freire, 2007). Para isso, a amostra foi intencional, pois os

participantes foram pré-selecionados consoante o fenómeno a explorar. A amostragem teórica permite assim construir teorias interpretativas a partir dos resultados obtidos, para além de tornar a investigação multifacetada, sendo congruente com os objetivos deste estudo (Marshall, 1996)

Foram selecionados sete participantes (seis do sexo feminino e um do sexo masculino), formados em Psicologia, a exercer funções em instituições de acolhimento sediadas em Braga e Guimarães (três elementos são diretores técnicos e quatro integram elementos da equipa técnica). A idade dos participantes é compreendida entre os 24 e 41 anos.

A formação académica dos participantes foi concluída no regime pré-bolonha e no regime bolonha. Os participantes têm especializações em: psicologia da família, psicologia da justiça e inserção social, psicologia clínica e da saúde. Os participantes possuem pós-graduações nas seguintes áreas: psicologia da justiça e associativismo e animação sociocultural; gestão de qualidade respostas sociais; intervenção psicossocial com crianças, jovens e famílias em risco e promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens em risco. Todos os participantes possuem ainda formações complementares.

No que concerne ao número de anos que exercem funções na instituição: 3 participantes enquadram-se entre 1 a 3 anos; 1 participante com 6 anos e os restantes participantes entre 11 a 16 anos. Todos os participantes possuem experiência profissional prévia, excetuando um elemento, devendo-se ao facto de ser o participante mais novo (24 anos) que realizou recentemente o estágio curricular e profissional.

2.3. Instrumentos.

No presente estudo, para a recolha de dados, foi utilizada a entrevista. A recolha de dados, na abordagem qualitativa, é feita no contexto real dos participantes, os investigadores utilizam instrumentos qualitativos (e.g. entrevistas com perguntas abertas) para melhor compreender o significado que os participantes atribuem ao tema (Creswell, 2014). A tipologia de entrevista utilizada foi a semiestruturada, que incorpora perguntas mais ou menos abertas no guião, permitindo um maior alcance e flexibilidade nas respostas dos participantes (Flick, 2005).

O guião da entrevista é constituído por treze questões, com o intuito dos participantes explorarem o seu papel e função nas instituições de acolhimento (Apêndice A). As primeiras quatro questões abordam a perceção do psicólogo acerca

das funções que desempenha na instituição. A reflexão das dificuldades sobre o trabalho institucional foi abordada na quinta questão. Na sexta questão, procurou-se compreender a perceção do contributo dos psicólogos para as instituições. Da sétima à décima questão analisou-se de que forma o trabalho de equipa multidisciplinar está representado. As últimas questões exploram a perceção do grau de satisfação que os psicólogos sentem no exercício das suas funções.

Foi também utilizado na recolha de dados, um questionário sociodemográfico, para aferir a informação pessoal (idade e o sexo), formação académica (regime de conclusão de estudos, habilitações literárias e formações complementares) e o estado profissional (tempo de instituição, experiências profissionais, funções e tarefas exercidas na instituição). Este questionário está disponível no Apêndice B.

2.4. Procedimentos.

Foram contactadas por via eletrónica e telefónica instituições de acolhimento de Guimarães e Braga, estando anexada a carta dirigida à instituição (Apêndice C). Após a aprovação do estudo por parte da instituição, procedeu-se ao envio do consentimento informado (Apêndice D) destinado aos participantes, para se obter, ou não, a aceitação da participação no estudo.

Todas as entrevistas foram aplicadas no contexto da instituição onde os participantes exercem funções, obtendo-se o consentimento para serem gravadas com o objetivo permitir proceder à posterior transcrição para fins de análise dos dados.

No que concerne ao método de análise dos dados, na presente investigação foi utilizada a análise de conteúdo semântico, modelo baseado nos autores Bogdan e Biklen (1994). Estes definem que para trabalhar e analisar a informação recolhida é importante construir um esquema com toda a informação. Posteriormente deve ser construída uma lista preliminar de categorias de codificação, utilizando palavras e frases dos participantes na construção dos códigos. A primeira tentativa de criar categorias de codificação aos dados recolhidos é na realidade um teste de viabilidade das mesmas, pois podem ser alteradas, criadas novas categorias ou abandonadas durante o teste.

As categorias de codificação devem ter um número limitado de códigos, que reúnem tópicos para os quais há muita informação que se pretende explorar. Os códigos elaborados categorizam a informação em diferentes níveis, os códigos principais são mais abrangentes (englobam atividades, pensamentos ou comportamentos variados) e os subcódigos dividem os códigos principais em categorias mais pequenas, de forma

analisar a informação de uma forma mais detalhada (Strauss & Corbin, 1990; *cit. in* Bogdan & Biklen, 1994). O desenvolvimento de categorias de codificação permite ao investigador organizar a informação relativa aos dados recolhidos, uma vez que certas palavras ou frases se repetem ou se destacam, bem como aferir padrões de comportamento, formas dos participantes pensarem e acontecimentos. O investigador após construir as categorias de codificação, escreve palavras/frases que as representem, o que permite analisar e interpretar a informação recolhida, tendo em vista a compreensão do significado atribuído pelos participantes (Bogdan & Biklen, 1994).

Tratar o conteúdo das entrevistas pela análise de conteúdo é então codificá-lo. O processo de codificação corresponde a uma transformação dos dados brutos (obtidos nas entrevistas), através de processos de recorte, agregação e enumeração, permitindo atingir a expressão e a representação do conteúdo o mais aproximado possível da realidade (Bardin, 2009).

No que concerne à validade, na fase inicial do processo de investigação preocupamo-nos com a validação do guião da entrevista, pesquisaram-se outras entrevistas e constructos de questionários tendo em conta os objetivos específicos do estudo. O primeiro guião elaborado foi aplicado a um psicólogo de uma instituição de acolhimento de crianças e jovens que funcionou como estudo piloto. Após a sua aplicação, analisaram-se as respostas, com o intuito de perceber se a compreensão do participante sobre as questões era clara, e não enviesada, por forma a ir de encontro aos objetivos do estudo.

A análise do conteúdo da entrevista piloto, foi revista pelo método de validação externa (revisão e validação), através da orientadora e elementos do grupo de estágio. A validação externa é feita, portanto, por elementos extrínsecos ao estudo, pessoas com mais experiência de formação que o investigador ou no mesmo patamar. Há também possibilidade de apresentar os resultados em grupo de discussão e pesquisa, promovendo assim o seu debate e compreensão (Campos, 2004).

3. Resultados

O trabalho completo de categorização encontra-se no Apêndice E. Os resultados mais relevantes e voltados para os objetivos especificados no estudo serão seguidamente referidos designadamente:

Perceção do psicólogo sobre a formação e as funções que desempenha.

Foi eleita a área das ciências sociais e humana como a área mais habilitada para se trabalhar em contexto institucional ao nível do ensino universitário (*“incapacidade de trabalhar em contexto institucional sem uma formação de base na área de ciências sociais e humanas pois esta auxilia no lidar com as pessoas”*). As áreas de formação de psicologia consideradas mais adequadas no trabalho de acolhimento são as áreas da justiça e clínica (*“é uma mais-valia a formação em justiça e reinserção social para trabalhar em contexto institucional”*). Para os participantes é pertinente existirem psicólogos nas instituições (*“psicologia relaciona-se com o trabalho institucional”; sentimento de que a psicologia tem fundamento no trabalho com crianças e jovens, pois existe uma vantagem com a abordagem relacional”*) e o facto de não existir maior preparação ao nível da mediação familiar revela-se uma das lacunas na formação em psicologia. A formação em áreas legislativas no que concerne ao processo de acolhimento é também uma das lacunas referenciadas pelos participantes, comparativamente com outras áreas.

Imediatamente referem-se algumas das funções/responsabilidades do psicólogo nas instituições: orientação vocacional, relatórios psicológicos, acompanhamentos psicológicos individuais, a recruta de estágios e estudos, o setor da saúde, a área da sexualidade e a articulação com entidades externas. Cargos superiores, como os de diretor técnico, exigem funções de maior responsabilidade, tais como organização da instituição (*“organização do lar e proporcionar um ambiente salutar”*); desenvolvimento de parcerias (*“fazer parcerias para combater a exclusão social”*); coordenação de projetos e dar respostas sociais (*“estar atento à documentação interna relacionada com o manual da qualidade para o LIJ dar resposta social”*).

Reflexão sobre as dificuldades.

No âmbito do desempenho dos papéis entre as dificuldades apontadas destaca-se a dificuldade ou limitação na intervenção devido à confusão de papéis (*“dificuldade na*

intervenção individual porque os papéis se misturam”). Uma outra dificuldade refere-se ao *stress* decorrente do trabalho, (*“trabalhar com população jovem é desgastante”*). A desadequação do modelo educativo atual de algumas instituições é também um entrave ao desempenho das funções exercidas (*“necessidade de adoção de um modelo educativo adaptado à realidade dos dias de hoje”*).

Quanto às dificuldades no âmbito do trabalho com os jovens a integração escolar foi uma das dificuldades referidas (*“jovens em fase tardia de acolhimento institucional é difícil a integração escolar”*), assim como a interferência de contextos familiares adversos na integração e desenvolvimento do jovem durante o período de acolhimento (*“problemas familiares que interferem com o estado emocional dos jovens”*), a percepção do jovem sobre o papel de um psicólogo (*“resistência face a ir ao psicólogo”*), dificuldades relacionais (*“dependência dos técnicos da instituição”*) e logísticas (*“necessidade de equipamentos de avaliação psicológica”*).

Perceção sobre o seu contributo na instituição.

Algumas áreas de competência são perçecionadas pelos participantes como contributivas para o funcionamento favorável da instituição (*“sentimento de que a psicologia tem fundamento no trabalho com crianças e jovens pois existe uma abordagem relacional...”*), nomeadamente, no trabalho com os jovens através da promoção de atividades desportivas, dinamização de grupos e dinâmicas de grupo, acompanhamento escolar, acompanhamento psicológico e orientação vocacional. O trabalho do psicólogo é perçecionado como positivo na instituição e valorizado pelos restantes trabalhadores e entidades externas (*“psicólogo é uma mais-valia”*).

Trabalho da equipa multidisciplinar.

No trabalho multidisciplinar, os participantes indicam como áreas de maior competência a gestão de equipas (*“a equipa multidisciplinar permite formar uma visão mais abrangente”*), a articulação com parcerias e entidades externas, a competência das equipas, a implementação de projetos, tarefas administrativas e gestão de processos. A mediação familiar é também uma competência multidisciplinar que se insere na intervenção em contexto familiar. A pertinência do trabalho multidisciplinar foi salientada por todos os participantes (*“importância da articulação do trabalho multidisciplinar”*; *“permite uma visão integrada do jovem”*; *“comunicação positiva”*).

Todavia foram também referidas dificuldades relacionadas com elementos da equipa multidisciplinar (*“falta de motivação da equipa multidisciplinar”*; *“falta de articulação e comunicação”*).

Grau de satisfação.

Na generalidade, os participantes entrevistados sentem-se gratificados com o seu trabalho e o da equipa técnica (*“sentimento de progresso das práticas da instituição”*); (*“sentimento de valorização”*), sendo recompensados satisfatoriamente pelas crianças/jovens e pelos elementos da equipa (*“satisfação está no sucesso das crianças e jovens do lar”*). Face às práticas do psicólogo salientam como principais fatores de insatisfação o trabalho burocrático excessivo, a carga emocional (*“trabalho desgastante ao nível emocional”*), a limitação na progressão da carreira e salário, o deficiente número de psicólogos na instituição e a influência negativa que por vezes a família exerce sobre o jovem (*“quando os jovens voltam para as famílias não têm acompanhamento nas várias especialidades colocando em risco o futuro do jovem”*), tornando-se um fator externo difícil de controlar. Para a promoção e incrementação da qualidade e satisfação no trabalho, os participantes consideram necessário repensar os recursos humanos, utilizar o reforço positivo, existir formação (*“atualização dos conhecimentos e novas terapias”*) e melhorar a organização funcional.

Outros domínios.

É importante referenciar, além dos resultados mencionados em epígrafe, dois temas importantes para se perceber o trabalho do psicólogo nas instituições de acolhimento, a perceção do papel do psicólogo e o serviço de psicologia prestado no exterior.

O papel do psicólogo na instituição é percebido como mediador/apaziguador (*“psicólogo funciona muitas vezes como um SOS das situações.”*), facultando *empowerment*, e dando apoio a diversos níveis. O psicólogo em contexto institucional diferencia-se, assim, de um psicólogo tradicional (*“papel do psicólogo na instituição não pode ser de terapeuta”*), mostrando-se pró-social, e desprovido de uma abordagem individualista. De acordo com as respostas dos participantes, é necessário desconstruir-se a imagem estereotipada dos psicólogos, de forma a impulsionar a intervenção e perceber o psicólogo também na sua componente humana. Recorrentemente as crianças/jovens percecionam negativamente a figura do psicólogo, devido ao

desconhecimento e preconceito intrinsecamente associado à profissão. Os participantes relatam que os jovens quando saem da instituição percebem positivamente o seu papel e valorizam o seu trabalho.

Os participantes referem que, por vezes, recorrem ao serviço psicológico ou outros serviços externos de saúde se o jovem precisar (*“o papel do psicólogo é encaminhar se necessário o jovem para serviço de psicologia ou outro serviço”*). Os motivos pelos quais o trabalho psicoterapêutico é um serviço prestado externamente, prendem-se com o princípio da instituição, a dificuldade em exercer psicoterapia na instituição e a maior rentabilidade face à intervenção do psicólogo na instituição (*“em consulta de psicologia externa o jovem é mais colaborativo e é um processo mais rentável do que se a consulta for com o psicólogo da instituição”*).

4. Discussão

As instituições desempenham um papel fundamental no desenvolvimento psicossocial das crianças e jovens, os resultados sustentam que a formação em psicologia é uma mais-valia em diversas áreas e que no âmbito do acolhimento institucional a área de psicologia é indispensável. Esta medida tem implicações sociais, a intervenção do psicólogo vai determinar o impacto das mesmas e dotar as crianças e jovens de estratégias para a sua superação e resolução.

Antes da entrada no mundo profissional existem conceções irrealistas acerca do cargo profissional e que mais tarde são clarificadas, a componente prática durante a formação académica torna-se fundamental no processo de desconstrução destas conceções. A experiência profissional alargada dos participantes no âmbito da Psicologia, é determinante para cargos de maior responsabilidade e com funções de supervisão, como é possível constatar pelos resultados, através da averiguação das experiências profissionais dos participantes e dos contributos das mesmas para os cargos atuais que ocupam.

O funcionamento de cada instituição vai determinar as funções e o papel que o psicólogo assume na mesma, enquanto em algumas instituições os psicólogos assumem um trabalho polivalente e multidisciplinar, noutras instituições têm funções mais congruentes com a sua área de formação. A escassez de recursos humanos de algumas instituições pode justificar a necessidade de uma maior polivalência por parte de um psicólogo. As expectativas profissionais, por vezes não são correspondidas pelo facto de as funções exercidas não corresponderem ao esperado e muitas vezes existirem mistura de papéis, o que dificulta a intervenção psicológica junto das crianças e jovens.

A contribuição dos psicólogos para a instituição não se prende apenas na intervenção psicológica estrita, mas na implementação de uma multidisciplinaridade de dinâmicas e atividades que contribuem para a integração da criança e jovem, bem como para a preparação da saída dos mesmos da instituição (o que é muitas vezes dificultado, uma vez que ao atingir a maioridade, em alguns jovens é uma medida imperativa). É um trabalho contínuo de preparação para a sociedade, que implica uma contextualização social da criança, de forma a compreender a sua realidade e planear a intervenção mais adequada. O psicólogo torna-se então um co-construtor de novas leituras da realidade para estas crianças e jovens, visando sempre o seu bem-estar e integração na sociedade (Benoit, 1997).

O papel de um psicólogo numa instituição, deve então estar voltado para uma nova conceção da sua prática profissional, com o objetivo de consciencializar e apelar à cidadania para a construção e desenvolvimento de crianças e jovens com capacidade de ação e proposição (Paiva & Yamamoto, 2008). É necessário ultrapassar a barreira da prática clínica horizontal, de um para um, para uma prática multidisciplinar, utilizando abordagens integradas com o contexto sociocultural da criança e os seus recursos pessoais. O psicólogo representa assim uma figura de referência, apoiando de forma mais alargada e pensando no jovem como um todo, tal como já haveríamos constatado.

Como referido anteriormente a área de formação é fundamental nos problemas de foro psicológico apresentados pelas crianças e jovens. O acesso ao acompanhamento psicológico individualizado, revela-se necessário e um fator protetor para a readaptação do jovem à sociedade. Torna-se então pertinente refletir na necessidade de criar políticas de acesso continuado a este acompanhamento, o que como foi possível verificar é uma das dificuldades inerentes ao funcionamento institucional. As dificuldades em lidar com as mudanças e adaptações aquando saída da instituição, demonstram que este acompanhamento psicológico não deve ser descontinuado logo após a saída do jovem. Esta descontinuação pode levar à reincidência da situação de risco, onde como já referenciado, a falta de supervisão e acompanhamento familiar representa 60% das situações que levam os jovens à situação de acolhimento (CASA, 2014).

Tal como revisto na literatura, a multidisciplinaridade é um requisito preponderante na equipa técnica de uma instituição de acolhimento. O trabalho multidisciplinar é então visto como uma mais-valia, embora existam dificuldades relacionadas a questões burocráticas e culturais da própria instituição. O trabalho de um psicólogo, essencialmente quando está inserido numa equipa multidisciplinar, deve ter em conta a satisfação das necessidades básicas das crianças e jovens, através da amenização do impacto das situações adversas que levaram ao acolhimento em instituição. A intervenção de um psicólogo institucional, tal como podemos constatar, incide-se sobre três tipos de intervenção, nomeadamente nas crianças e jovens, no seu contexto familiar e junto da equipa técnica (Aguiar et al, 2007). Em suma, num contexto de instituição um psicólogo deve sair do isolamento profissional e integrar-se numa equipa multidisciplinar em prol de uma intervenção bem-sucedida.

A intervenção junto da comunidade é também essencial, uma vez que a o processo de acolhimento institucional revela uma desigualdade social e falta de condições básicas

(Paiva & Yamamoto, 2008), tal como conseguimos aferir nos resultados obtidos, permitiu-se perceber que a dinâmica da instituição é também uma variável que influencia a intervenção de um psicólogo institucional. Denota-se que quantas mais possibilidades educativas, artísticas e de sociabilização as instituições dispõem aos jovens, mais oportunidades existirão destes terem percursos de vida satisfatórios. A intervenção do psicólogo institucional engloba também tarefas e dinâmicas de sensibilização social, que atuam com o objetivo duplo de consciencialização e prevenção, de forma a reduzir o impacto social que o processo de acolhimento institucional acarreta. Apesar de se salientar o grau de satisfação com as funções e tarefas desempenhadas, foi notório ao longo do estudo verificar as limitações e dificuldades percecionadas no contexto da instituição. A responsabilidade social paralela ao trabalho de um psicólogo e restante equipa técnica de uma instituição de acolhimento, promove ainda mais a necessidade de se refletir sobre essas dificuldades e promover planos de ação para a resolução das mesmas.

5. Conclusão

Nos resultados obtidos é possível constatar que o papel de um psicólogo institucional é multifacetado, dependendo de políticas institucionais, competências, equipa técnica e papel que desempenha face à mesma, bem como as características sociodemográficas das crianças e jovens em acolhimento institucional.

O papel do psicólogo nas instituições de acolhimento, é fundamental para a intervenção nas crianças e nos jovens, promovendo o seu desenvolvimento e crescimento socio-emocional. No entanto, a sua intervenção não pode ser considerada uma variável isolada dado que, como foi constatável em diversos momentos da investigação, o trabalho multidisciplinar dos restantes elementos da equipa técnica e todas as dinâmicas externas envolventes se tornam também fatores preditivos de uma intervenção de sucesso junto das crianças e jovens.

Este estudo contribuiu, não apenas para a compreensão sobre as funções e tarefas exercidas por um psicólogo institucional, mas também para a perceção sobre a postura adaptativa que é necessária neste contexto, uma vez que o psicólogo se desvincula do conceito tradicional da prática de psicologia para se inserir num contexto de comunicação, articulação, encaminhamento e envolvimento com todos os elementos que constituem a equipa técnica. Uma formação académica mais abrangente a nível legislativo e sobre políticas institucionais, em paralelo com componentes práticas em contextos reais torna-se emergente na preparação de um psicólogo para exercer cargos em instituições de acolhimento.

O psicólogo institucional é então uma figura de referência para as crianças e jovens institucionalizados, desenvolvendo a responsabilidade de reconstrução dos seus vínculos e de atribuição de um novo significado às suas histórias de vida. Estudos como este apresentado, contribuem para uma visão holística sobre um psicólogo institucional, e tornam-se fundamentais na redefinição de políticas institucionais. A abrangência de tarefas assumidas por alguns dos participantes podem ser uma ameaça a uma intervenção psicológica positiva, uma vez que os papéis se confundem. Uma redefinição de tarefas e um estreitamento de funções de um psicólogo revelam-se essenciais para uma intervenção psicológica com resultados mais positivos.

A lacuna na investigação sobre a prática de profissionais institucionais, sugere a importância de estudos sobre este tema para promover a melhoria de práticas institucionais. O método de recolha de dados utilizado, a entrevista, permitiu aos

próprios participantes um momento de introspeção e reflexão, onde foi notória a sua participação ativa e reflexiva sobre o tema abordado. No decorrer da análise de conteúdo das entrevistas, surgiram variáveis externas ao estudo que numa implicação futura seriam importantes de analisar, de forma a atribuir mais acuidade ao estudo, tais como a influência das experiências profissionais na prática do psicólogo institucional. Estudos com *focus group* a psicólogos, onde se pudessem abordar, partilhar e debater sobre a sua prática, revelam-se necessários e pertinentes. A análise a estes estudos permitiria uma visão mais alargada e focada na resolução de dificuldades e criação de novas políticas institucionais.

A dificuldade burocrática de acesso às instituições de acolhimento tornou-se uma limitação a este estudo, pelo facto de restringir o campo de ação e o acesso ao contexto real, bem como o não alcance da saturação teórica. Uma investigação mais incisiva e alargada, é então pertinente por forma a obter maior acuidade nos resultados, e aferir conclusões que possam beneficiar a prática psicológica institucional.

“Gostaria que esta entrevista não tivesse sido uma entrevista, tivesse sido uma visita guiada a uma turma de colegas seus ou pudéssemos ter feito uma apresentação geral a uma turma de psicologia na vossa faculdade e que depois se colmatasse numa visita à nossa instituição que pudessem fazer uma prática observada... porque embora tente falar seria mais importante conhecer como será trabalhar numa casa como esta”. A compreensão realista do papel do psicólogo nas instituições de acolhimento só é possível quando nos inserimos em contexto e se vivenciam as emoções, dificuldades e limitações reais inerentes à sua prática profissional.

6. Referências bibliográficas

- Aguiar, O., Carrero, M., Rondina, R. (2007). Casa abrigo: possibilidade de atuação para o psicólogo. *Revista Científica Eletrônica de Psicologia*, 5(9), 1-7. Retrieved from http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/I4x527DLReirAvi_2013-5-10-16-19-27.pdf
- Alberto, M., Almeida, D., Dória, L., Guedes, P., Sousa, T. & França, W. (2008). O papel do psicólogo e das entidades junto a crianças e adolescentes em situação de risco. *Psicologia: ciência e profissão*, 28(3), 558-573. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v28n3/v28n3a10.pdf>
- Almeida, L., & Freire, T. (2007). *Metodologia da investigação em psicologia e educação*. Braga: Psiquilibrios edições.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, Lda.
- Benoit, J. (1997). *Tratamento das Perturbações Familiares*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Borges, B. (2007). *Proteção de crianças e jovens em perigo*. Coimbra: Almedina.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bravo, A., & Del Valle, F. (2001). Evaluación de la integración social en acogimiento residencial. *Psicothema*, 13(2), 197-204. Retrieved from <http://www.psicothema.com/pdf/436.pdf>
- Campos, C. (2004). Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista brasileira de enfermagem*, 57(5), 611-4. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>
- CASA (2014). *Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*. Lisboa: Instituto segurança social.
- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (2016). *Direitos das crianças*. Retrieved from <http://www.cnpcjr.pt/left.asp?12.02>
- Creswell, J. (2014). *Investigação qualitativa* (3ª edição). Brasil: Penso Editora.
- Denzin, N. & Lincoln, Y. (2000). *Handbook of qualitative research* (2nd edition). London: Sage.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor – Projetos e Edições, Lda.

- Fonseca, A. (2004). Análise de algumas questões atuais. In M. Silva, A. Fonseca, L. Alcoforado, M. Vilar, & C. Vieira (eds.). *Crianças e jovens em risco: da investigação à intervenção* (pp.1-233). Coimbra: Almedina.
- Gunnar, M., Bruce, J. & Grotevant, H. (2000). International adoption of institutionally reared children: research and policy. *Developmental and Psychopathology*, 12(1), 677-693. Doi: 10.1017/S0954579400004077
- Marshall, M. (1996). Sampling for qualitative research. *Family Practice*, 13(6), 522-525. Retrieved from <http://www.compuagro.net/Usuarios/Produccion/AN/Sampling%20in%20qualitative%20research.pdf>
- Mota, C., & Matos, P. (2010). Adolescentes institucionalizados: O papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo. *Análise psicológica*, 28(2), 245-254. Retrieved from <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v28n2/v28n2a01.pdf>
- Paiva, I. & Yamamoto, O. (2008). Os novos quixotes da Psicologia e a prática social no “terceiro setor”. *Revista Psicologia Política*, 8(16), 231-250. Retrieved from <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v8n16/v8n16a04.pdf>
- Pianta, R., & Walsh, D. (1996). *High risk children in schools*. New York: Routledge.
- Pinheiro, I. (2000). *Manual de gestão e funcionamento dos lares*. Lisboa: Europress.
- Ramião, T. (2014). *Lei de proteção de crianças e jovens em perigo*. Lisboa: Quid Juris Sociedade Editora.
- Sigal, J., Perry, J., Rossignol, M. & Ouimet, M. (2003). Unwanted infants: psychological and physical consequences of inadequate orphanage care 50 years later. *American Journal of Orthopsychiatry*, 73(1), 3-12. Doi: 10.1037/0002-9432.73.1.3
- Siqueira, A., & Dell’Aglío, E. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão da literatura. *Psicologia & Saúde*, 18(1), 71-80. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a10v18n1.pdf>
- Tomás, C., & Fonseca, D. (2004). Crianças em perigo: o papel das Comissões de proteção de menores em Portugal. *Revista de ciências sociais*, 47(2), 383-408. Retrieved from <http://www.adcl.org.pt/observatorio/pdf/OpapeldasCPCJemPortugal.pdf>
- Valle, J., & Zurita, J. (2000). *El acogimiento residencial en la protección a la infancia*. Madrid: Ediciones Pirámide.

Apêndice A: Entrevista a psicólogos

O objetivo desta entrevista é compreender a partir do seu relato o papel dos psicólogos que prestam serviços em instituições de acolhimento de crianças e jovens.

A sua colaboração é essencial para levar a cabo o alcance do objetivo pretendido. Assim, agradecemos a sua colaboração e disponibilidade para responder a esta entrevista. Contudo, importa referir que não existem respostas certas ou erradas, o que pretendemos é conhecer a sua opinião e a sua experiência.

Caso não perceba alguma das seguintes questões sinta-se à vontade para interromper e colocar as questões que achar convenientes. As respostas dadas nesta entrevista serão estritamente confidenciais e utilizadas somente neste estudo. Recordamos que a sua participação nesta investigação é voluntária podendo ser interrompida a qualquer momento.

Como abordado previamente, será necessário proceder à gravação da seguinte entrevista, para posterior análise dos dados, sendo que posteriormente à análise, a gravação e transcrição serão eliminadas.

Neste sentido, não sei se gostaria de colocar alguma questão... Quando se sentir preparado/a daremos início à entrevista.

1. O/A (nome do psicólogo) é psicólogo. Podia falar-me da formação que teve neste âmbito?

2. O (nome do psicólogo) é psicólogo no/na (nome da instituição), podia-me falar das funções que desempenha na (nome da instituição).

3. Na sua experiência de que forma a sua formação se adequa às funções que desempenha?

4. E ainda sobre a sua experiência, as funções que desempenha correspondem às expectativas que tinha para a sua experiência profissional?

5. Relativamente ao trabalho que desenvolve na (nome da instituição), descreva-me quais as principais dificuldades que sente? Podia-me dar exemplos?

6. E no inverso quais as áreas em que sente maior competência. Gostaria que partilha-se um exemplo.

Agora gostaria de conversar sobre o trabalho da equipa multidisciplinar

7. Como descreve este trabalho?

8. Na sua experiência qual a importância do trabalho multidisciplinar para o funcionamento da **(nome da instituição)?**

9. Quais as principais dificuldades que sente no âmbito do trabalho multidisciplinar?

10. Neste contexto, qual a especificidade do trabalho do psicólogo?

11. Na sua experiência como considera que os outros, jovens, técnicos, diretores, percebem o papel e o trabalho do psicólogo?

12. Relativamente ao trabalho que realiza no **(nome da instituição)**, gostaria que me falasse da insatisfação ou satisfação que sente?

13. Na sua opinião o que seria importante para promover a qualidade e a satisfação do trabalho do Psicólogo?

Gostaria de partilhar, conversar, acrescentar mais alguma informação que considere relevante e que não tenha perguntado?

(...)

Agradeço a sua colaboração no estudo.

E resto de um bom dia.

Apêndice B: Questionário sociodemográfico a Psicólogos



Universidade Católica Portuguesa
Faculdade de Filosofia – BRAGA



Questionário Sociodemográfico – Psicólogos

Informação pessoal

1. Idade: _____

2. Sexo: Feminino Masculino

Formação Académica

3. Formação académica:

Pré-Bolonha Bolonha

Licenciatura Mestrado

Área de especialização ou pré-especialização: _____

3.1. Outras formações relevantes:

Tema : 1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

Entidade: 1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

- Tempo: 1. _____
2. _____
3. _____
4. _____

Estado Profissional

4. Há quantos anos está na instituição de acolhimento de crianças e jovens?

- 4.1. Outras experiências profissionais?

5. Função (s) desempenha na instituição de acolhimento de crianças e jovens ?

6. Tarefas que desempenha na Instituição?

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____

Obrigada pela sua colaboração!

Apêndice C: Carta à instituição



Universidade Católica Portuguesa
Faculdade de Filosofia – BRAGA



Nome da Instituição: _____

Exmo. Senhor Dr. _____

Investigadoras: Carolina Vieira e Marta Gomes

Sob a Orientação da Professora Doutora Armanda Gonçalves

No âmbito da realização da dissertação de mestrado do 2.º ciclo de Psicologia Clínica e da Saúde e do Seminário de Investigação em Psicologia, nós alunas, Marta Gomes e Carolina Vieira, sob a orientação da Professora Doutora Armanda Gonçalves, propomos a vossa excelência a colaboração para participar num estudo intitulado “O papel dos psicólogos nas instituições de acolhimento de crianças e jovens”.

Visto existirem poucas investigações a dar voz a elementos que constituem as instituições de acolhimento de crianças e jovens, seria pertinente explorar o papel dos psicólogos nas instituições de acolhimento, com psicólogos de diferentes instituições. Pretende-se abordar alguns objetivos que são: a) perceção do Psicólogo quanto às funções que desempenha na Instituição, b) dificuldades que sente trabalhando na Instituição, c) perceção do seu contributo para a Instituição e d) satisfação que o Psicólogo sente com o seu trabalho.

No estudo, serão realizadas entrevistas individuais a psicólogos de diferentes instituições. A entrevista será gravada em áudio, e será realizada na Instituição onde trabalha o Psicólogo, participante no estudo.

Na elaboração deste estudo, pretendemos que os participantes, através dos nossos objetivos, com a aplicação da entrevista individual, tenham uma experiência positiva, promovendo um momento de reflexão sobre o tema, permitindo assim o crescimento pessoal e profissional. Com isto, contribuem positivamente para o nosso estudo, para assim melhor compreendermos o significado que atribuem ao trabalho como psicólogos.

Se tiver questões, pode comunicar por telefone ou correio eletrónico com Marta Gomes, 914957698, marta_mc_gomes@hotmail.com

Esperamos resposta se está ou não interessado que a sua instituição participe no estudo

Agradecemos a sua atenção

Com os melhores cumprimentos

Carolina Vieira e Marta Gomes

Apêndice D: Formulário de consentimento



Universidade Católica Portuguesa
Faculdade de Filosofia - BRAGA



Título do projeto: O papel dos psicólogos nas instituições de acolhimento de crianças e jovens

Investigadoras: Carolina Vieira e Marta Gomes

Sob a orientação da Prof.^a Doutora Armanda Gonçalves

No âmbito da realização da dissertação de mestrado do 2.º ciclo de Psicologia Clínica e da Saúde e do Seminário de Investigação em Psicologia, vimos por este meio pedir a sua colaboração para participar num estudo intitulado “O papel dos psicólogos nas instituições de acolhimento de crianças e jovens”.

Objetivo do estudo

Visto haver poucas investigações a dar voz a elementos que constituem as instituições seria pertinente explorar o papel dos psicólogos nas instituições de acolhimento, com psicólogos. Pretende-se abordar alguns objetivos que são: a) perceção do Psicólogo quanto às funções que desempenha na Instituição, b) dificuldades que sente trabalhando na Instituição, c) perceção do seu contributo para a Instituição e d) satisfação que o Psicólogo sente com o seu trabalho.

Instrumentos

No estudo, serão realizadas entrevistas individuais a psicólogos de diferentes instituições. Pretende-se fazer entre 6 a 8 entrevistas a psicólogos de diferentes instituições.

Duração

A duração prevista para cada entrevista individual é de 40 minutos a 60 minutos.

O trabalho de campo será produzido no mês de Maio e Junho de 2015.

Quanto às entrevistas individuais, será feito um apelo à sinceridade das respostas, a entrevista será gravada em áudio, e será realizada na Instituição onde trabalha o Psicólogo, participante no estudo.

Principais Vantagens

Na elaboração deste estudo, pretendemos que os participantes, através dos nossos objetivos, com a aplicação da entrevista individual, tenham uma experiência positiva, promovendo um momento de reflexão sobre o tema, permitindo assim o crescimento pessoal e profissional. Com isto, contribuem positivamente para o nosso estudo, para assim melhor compreendermos o significado que atribuem ao trabalho como psicólogos.

Riscos e desconfortos

Na elaboração deste estudo, não se antecipam quaisquer riscos ou desconfortos para os participantes no nosso estudo.

Participação voluntária

A escolha da participação ou não participação no estudo é voluntária. No entanto, se escolher participar, e no decorrer do estudo quiser desistir, pode fazê-lo sem qualquer prejuízo para si, deverá informar-nos por e-mail, telefone ou pessoalmente.

Regras que regem o estudo

Os participantes serão informados das condições ou das situações que podem conduzir à interrupção do estudo. Bem como as alterações que sejam efetuadas ao longo do estudo.

Confidencialidade

Todos os dados colhidos durante este estudo, serão tratados de forma confidencial. Todo o material gravado será conservado num local seguro à responsabilidade dos investigadores. Os resultados da entrevista serão apenas para fins de análise, os resultados serão apresentados mais tarde, os participantes não serão identificados e terão, se pretenderem, acesso aos dados recolhidos e ao decurso da investigação em causa.

Contactos

Caso tenha alguma questão ou dúvida, ou se por ventura quiser desistir, por favor contacte a investigadora, onde é fornecido o respetivo e-mail.

Reconheço que me foram explicados todos os procedimentos. Reconheço a vantagem que há na minha participação no estudo. Compreendo que tenho direito de colocar, agora e durante o desenvolvimento do estudo, qualquer questão sobre este, a investigação ou os métodos utilizados assegura-me ainda que todos os processos serão guardados de forma confidencial e que nenhuma informação será publicada ou comunicada, incluindo a minha identidade pessoal, sem a minha autorização.

Pelo presente, consinto que a entrevista individual será gravada em áudio durante a minha participação neste projeto de investigação. Compreendo que caso queira desistir do estudo, poderei fazê-lo, e a identidade não será revelada.

Pelo presente documento eu _____ aceito participar neste estudo.

Assinatura: _____

_____ Data: __/__/__

Se tiver questões, pode comunicar por telefone ou correio eletrónico com Marta Gomes, 914957698, marta_mc_gomes@hotmail.com

Apêndice E: Tabela de categorização

Categoria 3ª ordem	Categoria 2ª ordem	Categoria 1ª ordem	Indicadores	Códigos
Área de especialização e pós-graduações	Mestrado ou especialização	Psicologia da família	Participante refere que tirou o mestrado em psicologia da família	A1.1: Mestrado em psicologia da família
		Psicologia da justiça	Participantes referem que tiraram o mestrado em psicologia da justiça	D1.1: Mestrado em psicologia da justiça F1.1: Pré-especialização em psicologia da justiça e reinserção social
		Psicologia clínica ou psicologia clínica e da saúde	Participantes referem especializaram-se na área clínica, segundo as nomenclaturas atribuídas pela entidade formadora	B1.1: Especialização em clínica e da saúde C1.1: Especialização em clínica G1.1: Especialização em psicologia clínica e da saúde
	Pós-graduações	Pós-graduação em gestão da qualidade nas respostas sociais e pós-graduação em mediação familiar	Participante refere que fez pós-graduação em gestão da qualidade nas respostas sociais e que atualmente está a fazer uma pós-graduação em mediação familiar	G1.2: Pós-graduação em gestão da qualidade nas respostas sociais e pós-graduação em mediação familiar

Categoria 3ª ordem	Categoria 2ª ordem	Categoria 1ª ordem	Indicadores	Códigos
<p>Aspetos positivos e negativos da formação académica</p>	<p>Aspetos positivos</p>	<p>Para exercer a profissão</p>	<p>Participantes referem a importância da formação para a prática e desenvolvimento profissional</p>	<p>A1.2: Curso de psicologia como preparação para exercer a profissão A1.3: O mestrado como é mais específico que a licenciatura permite maior preparação para trabalhar na área A3.2: Formação académica e frequentar formações permitem mais eficácia profissional A3.5: Aquisição de conhecimento durante a formação académica contribui para que sejamos bons profissionais F3.3: Pesquisa na formação académica e formações preparamos para a prática institucional G10.8: Formação académica fundamental para o futuro e ninguém tirar-nos-á G3.2: Aquando o término da formação académica ainda não estamos preparados para trabalhar com pessoas, mas temos ferramentas que nos permitem chegar ao mundo profissional</p>

		<p>Importância da entrada no mundo profissional</p>	<p>Participante refere a importância da entrada no mundo profissional</p>	<p>B4.3: Opinião de que no fim da formação o importante é ter emprego B4.4: Quando surge uma oportunidade de trabalho é importante a adaptação a este</p>
	<p>Aspetos negativos</p>	<p>Ideias irrealistas para o futuro</p>	<p>Participante refere que a formação académica pode proporcionar ideias irrealistas para o futuro</p>	<p>G4.1: Durante a formação há criação de ideias para o futuro que são irrealistas</p>
		<p>Formatação excessiva</p>	<p>Participante refere que a formação por norma auxilia mas pode-nos formatar demasiado</p>	<p>B.3.1: Normalmente a formação académica auxilia mas pode-nos formatar demasiado sendo assim prejudicial</p>
		<p>Incompreensão do trabalho em contexto institucional</p>	<p>Participante refere que a perceção acerca do trabalho institucional é incompreendida durante a formação académica</p>	<p>C4.3: Escolha pensada em trabalhar numa instituição mas no entanto a formação académica não permite conhecer o trabalho real institucional</p>

Categoria 3ª ordem	Categoria 2ª ordem	Categoria 1ª ordem	Indicadores	Códigos
Experiência profissional	Experiência profissional âmbito da psicologia	Experiência profissional alargada no âmbito da psicologia	Participante refere diversos contextos/experiências profissionais no âmbito da psicologia	B1.2: Experiência profissional alargada no âmbito da psicologia B4.6: Trabalho com jovens que tinham dificuldades de aprendizagem num centro de recursos para fazerem formação profissional B4.7: Trabalho com pessoas com deficiência visual B4.8: Domicílio a nível de intervenção com crianças e jovens
		Experiência no âmbito de consultas psicológicas	Participantes referem experiência no âmbito de consultas psicológicas	E1.4: Já realizou consultas psicológicas G4.4: Início da carreira profissional com prática clínica
		Experiência prévia no âmbito do contexto de acolhimento	Participante refere que já trabalhou noutra instituição diferente da atual	A4.7: Previamente ao trabalho atual já esteve noutra instituição
		Experiência profissional no âmbito das dependências	Participante refere que já trabalhou com população toxicodependente	G4.5: O segundo trabalho teve como população desfavorecida toxicodependentes
		Experiência profissional no âmbito do rendimento social de inserção	Participante refere que já trabalhou num projeto de rendimento social de inserção	G4.6: Terceiro trabalho com população desfavorecida com o projeto de rendimento social de inserção
		Experiência profissional no	Participante refere que já trabalhou com	G4.7: Quarto emprego com

		âmbito da intervenção em crise	vítimas de uma tragédia	população das vítimas da tragédia dentre os rios do concelho Castelo de Paiva
--	--	--------------------------------	-------------------------	---

Categoria 2ª ordem	Categoria 1ª ordem	Indicadores	Códigos
Contributos para a escolha profissional	Experiência de estágio	Participantes referem experiência de estágio no âmbito do acolhimento institucional	A1.8: Exercer psicologia durante o estágio D1.2: Realização do estágio curricular numa CPCJ D2.1: Realizou o estágio profissional na instituição onde trabalha atualmente E1.2: Realização de estágio profissional numa instituição
	Elaboração de um trabalho académico	Participante refere preferência pelo contexto institucional devido à experiência no âmbito da formação académica	A1.4: Prefere a área institucional porque numa unidade curricular fez um trabalho neste âmbito e porque estagiou academicamente numa instituição D1.3: Realização da tese de mestrado com o tema vitimação múltipla em mulheres
	Proposta de trabalho	Participantes referem que o trabalho na instituição foi uma proposta, oportunidade de trabalho	A1.7: Proposta de trabalho institucional D1.6: Surgir de oportunidade de trabalhar numa instituição
	Escolha pessoal	Participante refere que foi uma escolha trabalhar numa instituição	C4.1: Foi uma escolha profissional trabalhar em contexto institucional

	Candidatura	Participante refere que foi bem-sucedido na sua candidatura à instituição que trabalha atualmente e que luta constantemente pelos seus objetivos	G4.8: Bem-sucedido na candidatura a oferta de emprego, e luta constante pelos seus objetivos
--	-------------	--	--

Categoria 3ª ordem	Categoria 2ª ordem	Categoria 1ª ordem	Indicadores	Códigos
Características gerais do participante e da instituição	Características gerais dos participantes	Permanência longa na instituição	Participantes referem permanência na instituição superior a 6 anos	B1.3: Trabalhadora na instituição há 6 anos E1.3: Trabalhadora na Instituição há 11 anos F4.3: Diretora técnica na instituição atual há 7 anos
	Aspectos genéricos que caracterizam a instituição	Existência de psicólogos na instituição	Participantes referem existência de psicólogos na instituição	B2.1: Existência de duas psicólogas na instituição D2.4: Existência de um psicólogo na instituição, sendo D
		Número variável de jovens por instituição	Participantes referem quantos jovens existem no lar de infância e juventude	D2.7: Lar de infância e juventude constituído por 21 jovens F2.4: 8 elementos de ambos os sexos, constituem o lar de infância e juventude
		Número variável de valências na instituição	Participante refere quantas valências existem na instituição	A5.7: Instituição constituída por 3 valências
		Lema da instituição	Participante refere o lema da instituição	G5.8: Princípios da instituição são uma família
		Prolongamento da medida de	Participante refere que na	F2.8: Necessidade de

		acolhimento	instituição onde trabalha há necessidade de prolongar a medida de acolhimento, criando-se um apartamento de autonomia	prolongamento da medida de acolhimento e criação de um apartamento de autonomia
		Resultados diferenciadores	Participante refere que a instituição não tem resultados típicos do acolhimento institucional, pois como a medida de acolhimento se prolonga em termos temporais os jovens apresentam melhores resultados	F7.13: Resultados não típicos do acolhimento institucional: 7 jovens têm maior de idade, 5 estão na faculdade a concluírem o curso e 1 está no mercado de trabalho F2.6: Resultados excepcionais e diferenciadores F7.12: Relação próxima e afetiva com os jovens e resultados benéficos

Categoria 3ª ordem	Categoria 2ª ordem	Categoria 1ª ordem	Indicadores	Códigos
Funções na instituição atual	Funções como diretor técnico	Coordenação da equipa multidisciplinar	Participante que é diretor técnico refere que assumem a função de coordenação da equipa multidisciplinar	A2.3: Coordenar o trabalho da equipa multidisciplinar F.2.11: Coordenação da equipa na preparação, dinamização e avaliação, dos projetos
		Responsabilidade pelos jovens	Participante que é diretor técnico refere que assume responsabilidade pelos jovens	A2.4: Zelar salutarmente pelo ambiente entre as e equipas e as jovens A2.6: Identificação de práticas que estão em colisão com o interesse das jovens A2.7: Zelar pelo projeto de vida das jovens A2.8: Satisfazer as necessidades das utentes A2.10: Importância da sociabilização para as jovens se tornarem autónomas A2.12: Estar a par da situação escolar das jovens A2.14: Estar a par dos acontecimentos das jovens
		Articulação com as famílias	Participante que é diretor técnico refere que assume a função de articulação com as famílias dos jovens	A2.11: Articulação com as famílias dos jovens

		Organização da instituição	Participante que é diretor técnico refere que assume a função de organização da instituição	A2.13: Organização do lar e proporcionar um ambiente salutar
		Desenvolvimento de parcerias	Participantes que são diretores técnicos referem que assumem a função de desenvolverem parcerias	A2.9 e G2.6: Articulação entre instituição e entidades externas G2.8: Desenvolvimento de novas parcerias F2.10, G2.7, G12.5 e G13.2: Contacto com as entidades parceiras F2.13: Fazer parcerias para combater a exclusão social F5.2: Mobilizar apoios para projetos
		Coordenação de projetos	Participantes que são diretores técnicos referem que assumem a função de coordenação de projetos	F.2.9: Coordenação de projetos que vão surgindo G2.9: Desenvolvimento de candidaturas para projetos financiados
		Resposta social	Participante que é diretor técnico refere que assume a função de dar resposta social	G2.4: Estar atento à documentação interna relacionada com o manual de qualidade para o LIJ dar resposta social
		Gestão de pessoal	Participante que é diretor técnico	

			refere que assume a função da gestão de pessoal	G2.5: Gestão dos recursos humanos
Funções do psicólogo	Orientação vocacional	O participante refere a função do psicólogo da orientação vocacional		E2.5: Responsável pela orientação vocacional E10.2: Orientação vocacional
	Relatórios psicológicos	O participante refere a função do psicólogo da elaboração de relatórios psicológicos		E2.6 e E3.6: Elaboração de relatório psicológicos
	Acompanhamento ao estudo	O participante refere a função do psicólogo de acompanhar os jovens ao estudo		E2.7: Acompanhamento psicopedagógico
	Percurso do jovem	O participante refere a função do psicólogo de acompanhar o percurso dos jovens		G2.15: Acompanhamento do percurso do jovem na instituição
	Acompanhamentos psicológicos	Os participantes referem a função do psicólogo dos acompanhamentos psicológicos		E2.3, E10.1 e B2.8: Avaliação das necessidades dos jovens e acompanhamento psicológico B10.2 e D8.4: Acompanhamento psicológico
	Avaliação diagnóstica	Os participantes referem a função do psicólogo da avaliação diagnóstica		B10.1 e D2.8: Avaliação e diagnóstico psicológico D7.4: Faz avaliações diagnósticas
	Recruta estágios e estudos	O participante refere a função do psicólogo da recruta de estágio e estudos		E2.4: Recruta estágios e estudos no âmbito da psicologia

		Articulação com os serviços de saúde mental externos	Os participantes referem a função do psicólogo de articular com os serviços de saúde mental externos	E2.8 e E.3.8: Acompanhamento de consultas no exterior e articulação com os psiquiatras ou psicólogos E10.3: Encaminhamento para um acompanhamento de saúde mental externa G2.12: Articular com outros serviços de saúde
		Entrevista inicial	O participante refere a função do psicólogo de ser responsável pela entrevista inicial	E.3.4: Responsável quanto à entrevista inicial ao acolhimento
		Planos socioeducativos	O participante refere a função do psicólogo de ser responsável pelos planos socioeducativos	D2.9 e E3.7: Responsabilidade face aos planos socioeducativos individuais dos jovens
		Programa de intervenção em grupo	Os participantes referem a função do psicólogo da implementação de programas de intervenção em grupo	D2.10: Dinamização de sessões de grupo D7.5 e D10.1: Faz um trabalho de competências e intervenção junto dos jovens E10.6: Contribuição do psicólogo para avaliar ao nível psicopedagógico a fim de promover a implementação de programas específicos para atender às necessidades dos jovens D7.14:

				Dinamização de sessões de grupo com o objetivo de todos os meses os jovens darem a sua opinião das mudanças no melhorar do LIJ
		Sector da saúde	O participante refere a função do psicólogo de ser responsável pelo setor da saúde	D2.14: Supervisão do sector da saúde D7.2: Responsável pela área da saúde
		Área da sexualidade	O participante refere a função do psicólogo de ser responsável pela área da sexualidade	E2.14: Responsável pela área da sexualidade
		Projeto de vida dos jovens	O participante refere a função do psicólogo de acompanhar o projeto de vidas dos jovens	D7.3 e D2.11: Acompanha o projeto de vida das jovens
		Articulação com entidades externas	O participante refere a função do psicólogo de articular com entidades externas	G2.14: Articular com as CPCJ's e tribunais
	Funções da equipa multidisciplinar	Reuniões com entidades externas	Participante refere função da equipa multidisciplinar de fazer reuniões com entidades externas	D7.8: Assistente social faz reuniões com as famílias, CPCJ's e EMAT's

		Planeamento de atividades	Participante refere função da equipa multidisciplinar de planeamento de atividades para os jovens	D7.13: Educadora social responsável pelo planeamento de atividades para os jovens
		Articulação com a escola	Participante refere função da equipa multidisciplinar de articular com as escolas	D2.13 e D7.12: Articulação com a escola feita pela educadora social e por vezes é indispensável ser feita pelo psicólogo
		Acompanhamento ao estudo	Participante refere função da equipa multidisciplinar de acompanhamento ao estudo	D7.9: Educadora social responsável pelo acompanhamento ao estudo
		Articulação com a família	Participantes referem função da equipa multidisciplinar de articulação com as famílias dos jovens	E3.5: No acolhimento inicial a assistente social articula com a família A8.5: Elemento do serviço social articula com as famílias
		Articulação com entidades de saúde mental externa	Participante refere a função da	D2.12: Articulação feita por um elemento da

		equipa multidisciplinar de articular com entidades de saúde mental externa	instituição com entidades do exterior no sector da psicologia e pedopsiquiatria
	Participação em reuniões	Participantes referem a função da equipa multidisciplinar da participação em reuniões	E2.11, B7.5 e D9.2: Participação de reuniões na instituição
	Organização de eventos	Participante refere a função da equipa multidisciplinar da organização de eventos	E2.15: Organização de eventos
	Articulação com entidades externas	Participante refere função da equipa multidisciplinar de articular com entidades externas	D7.7: Assistente Social articula com as EMAT's, CPCJ's e tribunais E7.8: Informar as entidades do exterior sendo fundamental o trabalho em equipa
	Encarregados de educação	Participante refere a função da equipa multidisciplinar de ser responsável pelo papel de encarregado de educação	E2.9: Papel de encarregados de educação D7.10: Cada elemento da equipa educativa é encarregado de educação de 5 jovens

		Gestores de caso	Participantes referem a função da equipa multidisciplinar de serem responsáveis pela gestão de caso	C9.2 e E2.10: Elementos da equipa técnica são gestores de caso e também têm trabalho individual B7.3: Equipa técnica faz gestão de processo D2.6 e D7.6: Assistente social responsável pela gestão dos processos
--	--	------------------	---	--

Categoria 3ª ordem	Categoria 2ª ordem	Categoria 1ª ordem	Indicadores	Códigos
Caraterísticas da equipa multidisciplinar	Cariz multidisciplinar da equipa/número de elementos	Cariz multidisciplinar da equipa	Participantes referem constituição da equipa multidisciplinar e número de elementos	D2.5: Constituição da equipa multidisciplinar por psicólogo, assistente social e educadora social G7.1: Equipa multidisciplinar constituída por todas as equipas de trabalho, equipa técnica e equipa educativa D5.2: 3 elementos da equipa técnica e 5 educadores G5.2: Equipa de 20 trabalhadores
	Importância do trabalho multidisciplinar	Articulação e visão abrangente	Participantes referem a importância da articulação do trabalho multidisciplinar e a importância de haver uma visão abrangente promovida pelo trabalho multidisciplinar	E.3.2, E8.2, D8.1, E7.1 e G7.6: Importância da articulação do trabalho multidisciplinar A8.1; F8.1, B10.3 e B11.3: Equipa multidisciplinar permite formar uma visão abrangente B7.6: Equipa multidisciplinar e equipa de apoio funcionam para o mesmo fim A8.3: Permite uma visão integrada do jovem B8.1 e B8.2: Importância do trabalho multidisciplinar na partilha de estratégias, formas de intervir e objetivo comum A8.2: O trabalho multidisciplinar não

				pretende uma visão focada numa área de formação A9.2; E8.3; C9.4 e F9.2 e F6.5: Olhares diferentes sob a realidade das jovens são benéficos A5.13: Nas diversas áreas de trabalho tem de haver articulação e integração dos elementos
		Possibilidade de dar resposta às necessidades do jovem	Participantes referem a importância do trabalho multidisciplinar na resposta às necessidades dos jovens	A8.5: Trabalho da equipa multidisciplinar é importante para perceber as necessidades das jovens G8.3: Dar resposta às necessidades dos jovens
		Possibilidade de articulação na definição do projeto de vida do jovem	Participantes referem a importância do trabalho multidisciplinar no delinear do projeto de vida dos jovens	E3.3: Trabalhar em equipa multidisciplinar o projeto de vida da jovem
		Complementaridade do trabalho	Participantes referem a importância da complementaridade do trabalho na equipa multidisciplinar	F11.2: Análise e avaliação dos casos e contribuição de cada área de formação E3.9: A psicóloga articula informação com a educadora para concluir necessidade ajustamento da medicação das jovens, demonstrando a importância do trabalho multidisciplinar

			D8.5: Complementaridade do trabalho C8.1, E2.12, C7.3, D7.1 e C9.1: Trabalho interdependente e funcionamento em equipa
Qualidades do trabalho multidisciplinar	Qualidades	Participantes referem qualidades da equipa multidisciplinar da sua instituição	A7.3. Perceção que a equipa é competente C7.1: Trabalho positivo C7.4: Comunicação positiva
Dificuldades do trabalho multidisciplinar	Dificuldades na gestão de tempo	Participantes referem a dificuldade da equipa multidisciplinar da sua instituição na gestão do tempo	A7.1 e D9.3: Dificuldade relativamente à gestão do tempo e necessidade de discussão dos casos das jovens E9.1: Tempo das reuniões não é suficiente para estabelecer um plano de intervenção E9.2: Imprevistos devido a situações das jovens comprometem o trabalho E9.3: Imprevisibilidade do horário de saída da instituição E12.6: Responder a situações fora do horário
	Falta de motivação	Participante refere a dificuldade da equipa multidisciplinar da sua instituição devido à falta de motivação	A7.2: Falta de motivação da equipa multidisciplinar

	Falta de articulação e comunicação	Participantes referem a dificuldade da equipa multidisciplinar da sua instituição por existir falta de articulação e comunicação	A7.4: Necessidade de articular em equipa o delinear do projeto de vida das jovens B9.1: Questão da articulação da comunicação D9.1: Dificuldades na articulação de informação porque trabalham por turnos
	Falta de articulação com o tribunal	Participante refere a dificuldade da equipa multidisciplinar da sua instituição devido às medidas do tribunal	E7.7: Trabalho com o tribunal e medidas contrárias ao esperado
	Falta de convivência com os jovens	Participante refere a dificuldade da equipa multidisciplinar da sua instituição por haver falta de convivência com os jovens	B9.3: Conviver mais com os jovens
	Necessidade de convergência de saberes	Participantes referem a dificuldade da equipa multidisciplinar por haver falta de convergência de saberes	G9.1: Necessidade de convergir os saberes G9.2: Necessidade de ser um trabalho em sintonia e intervenção integrada
	Dificuldades relacionais entre as equipas	Participante refere a dificuldade da equipa multidisciplinar da sua instituição das dificuldades relacionais entre as equipas	A5.1: Dificuldades de relacionamento entre os elementos das equipas e da mesma equipa
	Necessidade de formação	Participante refere a dificuldade da equipa multidisciplinar da	F5.11: Necessidade de formação destinada às equipas

		sua instituição da necessidade de formação	
	Dificuldades financeiras e recursos humanos	Participantes referem a dificuldade da equipa multidisciplinar da sua instituição em termos financeiro e dos recursos humanos	F5.1; A5.5 e G.5.10: Questões financeiras dificultam o recrutamento de mais pessoas G7.2: Necessidade de contratação de um animador socioeducativo para integrar a equipa educativa
	Dificuldades no trabalho burocrático	Participantes referem dificuldades no trabalho multidisciplinar das dificuldades no trabalho burocrático	A5.11: Trabalho burocrático desfalcado devido ao exercer de outras funções

Categoria 3ª ordem	Categoria 2ª ordem	Categoria 1ª ordem	Indicadores	Códigos
Dificuldades no trabalho institucional	Dificuldades sentidas pelos Diretores Técnicos	Melhorar o modelo educativo	O participante que é diretor técnico refere que deveriam melhorar o modelo educativo das escolas	G4.2: Necessidade de adoção de um modelo educativo adaptado à realidade dos dias de hoje
		Acompanhamento ao estudo	O participante que é diretor técnico refere que tem dificuldade no acompanhamento ao estudo	A5.9: Falta de acompanhamento ao estudo A5.10: Necessidade de uma educadora fixa no acompanhamento ao estudo
		Integração escolar	Os participantes que são diretores técnicos referem que tem dificuldade na integração escolar dos jovens	A5.4: Jovens em fase tardia de acolhimento institucional e difícil integração escolar G5.6: Integração escolar quando o jovem é acolhido G.5.7: Integrar jovens à sua realidade educativa G5.4: Jovens são acolhidos em idade avançada
		Falta de figuras de referência em contexto escolar	O participante que é diretor técnico refere que tem dificuldade na identificação de figuras de referência em contexto escolar	G5.9: Não identificação de figuras referências em contexto educativo e jovens estigmatizados pelos professores
		Em termos familiares	Os participantes que são diretores técnicos referem que têm dificuldades no trabalho com os	G5.12: Problemas familiares que interferem com o estado emocional dos jovens F5.8: Medidas

			jovens em termos familiares	políticas agravaram a sustentabilidade das famílias
		Acompanhamento regular	O participante que é diretor técnico refere que tem dificuldade no acompanhamento regular	A.5.6: Falta de acompanhamento regular A6.3: Necessidade das jovens terem alguém disponível para conversarem regularmente pois os resultados seriam melhores
		Problemáticas das jovens descarregar de frustrações	O participante que é diretor técnico refere que tem dificuldade uma vez que as jovens são problemáticas e descarregam as suas frustrações	A5.3: Jovens com problemáticas e descarregam as frustrações nos cuidadores atuais, comparando-os muitas vezes com os seus pais
		Dificuldade do controlo do espaço	O participante que é diretor técnico refere que tem dificuldade no controlo do espaço da instituição	G5.3: Fugas de jovens da instituição G5.1: Controlo de espaço devido à grande dimensão da instituição
		Poucas respostas sociais	O participante que é diretor técnico refere que tem dificuldade devido às poucas respostas sociais	F5.5: Instituição pouco divulgada que rege pela privacidade dos jovens havendo poucas respostas sociais
	Dificuldades dos técnicos	Limitação da intervenção psicológica devido à mistura de papeis	O participante que é técnico refere a dificuldade por causa da limitação na intervenção individual com os jovens devido à mistura de papeis	E10.5: O facto de os jovens saberem que nós estamos na instituição limita a nossa intervenção B5.2: Dificuldades numa intervenção individual porque os papéis se misturam

		Oposição em ir ao psicólogo	O participante que é técnico refere a dificuldade por causa dos jovens se oporem a irem ao psicólogo	E11.1: Resistência face a ir ao psicólogo devido à ideia que têm do psicólogo
		Gestão do tempo	O participante que é técnico refere a dificuldade na gestão do tempo	B5.1: Dificuldade em planear o que vou fazer num dia e complicação em fazer intervenção formal individual
		Recursos humanos	O participante que é técnico refere a dificuldade dos recursos humanos	D5.1: Falta de recursos humanos D5.3: Dificuldade em gerir os recursos humanos
		Falta de instrumentos psicológicos	O participante que é técnico refere a dificuldade em terem mais instrumentos psicológicos	E5.1: Necessidade de equipamentos de avaliação psicológica
		Falta de articulação com os tribunais	O participante que é técnico refere a dificuldade por causa das mudanças das medidas do tribunal	E5.2: Dependência dos técnicos em relação à alternância da medida do tribunal de acolhimento, ficando comprometido o projeto de vida da jovem
		Famílias resistentes à mudança	O participante que é técnico refere a dificuldade quanto às famílias serem resistentes à mudança	E5.4: Intervenção em famílias resistentes à mudança
		Falta de integração inicial do jovem na instituição	O participante que é técnico refere a dificuldade em integrar os jovens na instituição	E5.5: Não preparação da jovem para integração na instituição

		Dificuldade de articulação com os técnicos da segurança social	O participante que é técnico refere a dificuldade de articulação com os técnicos da segurança social	E5.6: Dependência dos técnicos da instituição porque os técnicos da segurança social mais presentes na vida da jovem originam maior qualidade no trabalho com a jovem
	Dificuldades sentidas pelo coordenador	Componente burocrática	O participante que é coordenador refere que sente dificuldade na componente burocrática	C5.1: Formalidades C5.2: Componente burocrática
		Stress decorrente do trabalho	O participante que é coordenador refere que sente dificuldade tais como stress e desgaste por causa das consequências nefastas do trabalho	C5.3: Responsabilidade origina stress C5.4: Trabalhar com população jovem é desgastante

Categoria 3ª ordem	Categoria 2ª ordem	Categoria 1ª ordem	Indicadores	Códigos
Percepção sobre a formação e as funções desempenhadas	Percepção sobre a adequação da formação	Área da justiça	Participantes com formação na área da psicologia da justiça afirmam ser a área mais habilitada para se trabalhar em contexto institucional	D1.4: Pessoas na área da justiça habilitadas no âmbito do trabalho em lares de infância e juventude D3.1: Pelo motivo dos assuntos abordados durante a formação em psicologia da justiça esta enquadra-se melhor no trabalho institucional F3.1: Mais-valia a formação em justiça e reinserção social para trabalhar em contexto institucional
		Área da clínica	O participante com formação na área da psicologia clínica refere que a área mais habilitada para se trabalhar em contexto institucional	C3.1: É uma mais-valia a formação em psicologia clínica pra estarem preparados para a implementação da intervenção na instituição
	Eleição da área mais habilitada para trabalhar em contexto institucional ao nível do ensino universitário	Ciências sociais e humana	Participante refere que a área de ciências sociais e humanas é mais habilitada em contexto institucional, no lidar com as pessoas	G3.1: Incapacidade de trabalhar em contexto institucional sem uma formação de base na área de ciências sociais e humanas pois esta auxilia no lidar com as pessoas

<p>Perceção geral positiva e pertinência dos profissionais de psicologia</p>	<p>Participantes referem que a área da psicologia tem fundamento no trabalho institucional</p>	<p>F3.2: Utilidade da formação em psicologia apesar de no contexto institucional não se fazer acompanhamento psicológico G3.5: Sentimento de que a psicologia tem fundamento no trabalho com crianças e jovens pois existe uma vantagem com a abordagem relacional, lecionada na área da psicologia E.3.1: É benéfico ter formação em psicologia para assegurar o serviço de psicologia C10.5: Psicologia relaciona-se com o trabalho institucional</p>	
<p>Lacunas da área de formação em psicologia</p>	<p>Lacuna na formação legislação âmbito da psicologia</p>	<p>Participantes referem que existem áreas mais preparada no âmbito da legislação e educação que a área da psicologia</p>	<p>G3.4: O serviço social está preparado no que concerne à legislação, sendo uma lacuna na área da psicologia F8.4: Perceção de que o curso de educação permitiu reforçar e melhorar o seu conhecimento psicologia</p>
	<p>Área da mediação familiar é uma lacuna da área da psicologia</p>	<p>Participante refere que a mediação familiar é uma lacuna da psicologia</p>	<p>G6.3: Mediação familiar é uma lacuna da psicologia</p>

Categoria 3ª ordem	Categoria 2ª ordem	Categoria 1ª ordem	Indicadores	Códigos
Expetativas experiência profissional	Expetativas para a experiência como diretor técnico	Expetativas correspondidas	Participantes que são diretores técnicos referem que as expetativas iniciais correspondem à experiência profissional	A4.3: Cargo profissional que desempenha atualmente corresponde às expetativas para a sua experiência profissional F4.4: As expetativas ao nível de desempenhar as funções de diretora técnica estão de acordo com as funções atuais
		Expetativa não defraudada	Participante que é diretor técnico refere que as expetativas para a experiência profissional não foram defraudadas	A4.4: Expetativa profissional não defraudada pois já tinha conhecimento do que era o trabalho como diretor técnico
		Expetativa em trabalhar em instituição de acolhimento	Participante que é diretor técnico refere que tinha a expetativa de trabalhar numa instituição de acolhimento	F4.2: Expetativa de trabalhar com crianças e jovens em risco
		Expetativas frustradas face à imprevisão do trabalho	Participante que é diretor técnico refere que as expetativas foram frustradas devido à imprevisão do trabalho	A4.5: Sentimento de frustração quando imprevisão do trabalho institucional

			institucional	
		Expetativa financeira	Participante que é diretor técnico refere que tinha outra expetativa face a questões financeiras	F4.5: Financeiramente tinha a expetativa que fosse melhor, devido à responsabilidade e papel que tem
	Expetativas como psicólogo	Superar das expetativas	Participante que é técnico refere que ultrapassou as suas expetativas	B4.1: Devido à diversidade de funções/papéis existe o ultrapassar das expetativas para a experiência profissional
		Expetativas correspondidas	Participante que é técnico refere que as expetativas estão de acordo com as funções	D4.1: Funções atuais de acordo com as expetativas embora às vezes façamos funções extras devido à escassez de recursos
		Expetativas não correspondidas	Participante que é técnica refere que as suas expetativas iniciais para o trabalho de psicólogo institucional saíram frustradas pois é diferente do trabalho do psicólogo	E.4.1: Expetativas iniciais não estavam de acordo com as funções e percepção de que o papel do psicólogo institucional é diferente do psicólogo tradicional

			tradicional	
--	--	--	-------------	--

Categoria 3ª ordem	Categoria 2ª ordem	Categoria 1ª ordem	Indicadores	Códigos
Áreas de maior competência	No trabalho com os jovens	Promoção de atividades desportivas	Participante refere as áreas de maior competência na promoção de atividades desportivas para os jovens	G5.11: Rede alargada de atividades desportivas
		Dinamização de grupos	Participantes referem as áreas de maior competência na dinamização de grupos	G6.5: Dinamização de grupos D6.1: Dinamização de sessões em grupo
		Prolongamento da medida de acolhimento	Participante refere as áreas de maior competência ao prolongar em termos temporais a medida de acolhimento	G.5.5: Jovens ultrapassam a maioria e felizmente permanecem na instituição
		Acompanhamento escolar	Participante refere as áreas de maior competência no acompanhamento escolar	E6.1: Acompanhamento escolar das jovens que é encarregada de educação
		Acompanhamento psicológico	Participante refere as áreas de maior competência no acompanhamento psicológico	E6.2: Acompanhamento psicológico
		Relatórios psicológicos	Participante refere as áreas de maior competência na elaboração de relatórios psicológicos	E6.5: Elaboração de relatórios psicológicos
		Orientação vocacional	Participante refere as áreas de maior competência na	E6.4: Orientação vocacional

		orientação vocacional		
	Promoção de relações positivas	Participantes referem as áreas de maior competência na promoção de relações positivas	F5.6: Relações positivas entre as equipas e jovens B6.2: Relação positiva com os jovens e reconhecem a sua disponibilidade de ajudar B6.3: Relação positiva com todos os jovens em especial com quem é gestora de caso C6.2: Relação positiva com os jovens	
	Alternativas para o projeto de vida	Participante refere as áreas de maior competência na construção de alternativas para o projeto de vidas dos jovens	C6.3: Trabalho em conseguir alternativas para o projeto de vida dos jovens C6.1: Responsabilidade no percurso de vida os jovens	
	No trabalho entre equipas	Na gestão das equipas	Participante refere as áreas de maior competência na gestão das equipas	G6.7: Gestão das equipas
		Na resposta social	Participante refere as áreas de maior competência na resposta social	G6.8: Gestão das respostas sociais e gestão dos recursos humanos
		Trabalho em equipa	Participante refere as áreas de maior competência no trabalho em equipa	F5.10: Trabalho em conjunto em prol de objetivos
		Articulação com parcerias e entidades externas	Participante refere as áreas de maior competência na articulação com parcerias e entidades externas	F5.9: Rede social e mobilizam parcerias F6.1: Rede de parcerias E6.3: Articulação



		com entidades externas
Competência das equipas	Participante refere as áreas de maior competência devido à competência das equipas	A6.1: Equipa técnica competente A6.2: Equipa educativa preocupada e dedicada
Relação positiva entre os técnicos	Participante refere as áreas de maior competência na relação positiva entre os técnicos	F6.2: Ligação entre os técnicos
Na implementação de projetos	Participante refere as áreas de maior competência na implementação de projetos	F6.3: Implementação de projetos inovadores na área social e comunitária F6.4: Financiamento e apoio para implementação de projetos
Gosto pelo trabalho	Participante refere as áreas de maior competência devido ao gosto pelo trabalho	F6.6: Não definição de horário de saída e equipas que gostam do que fazem
Cuidado da direção	Participante refere as áreas de maior competência devido ao cuidado da direção para com as equipas	F6.7: Atenção da direção para com as equipas de trabalho
Na gestão dos processos	Participante refere as áreas de maior competência na gestão dos processos	G6.6: Gestão de tempo e dos processos
Intervenção em crise	Participante refere as áreas de maior competência na intervenção em crise	G6.1: Formação e intervenção na crise

		Animação socioeducativa	Participante refere as áreas de maior competência quanto á animação socioeducativa	G6.4: Animação socioeducativa
	No trabalho com as famílias	Mediação familiar	Participante refere as áreas de maior competência na mediação familiar	G6.2: Mediação familiar

Categori a 3ª ordem	Categoria 2ª ordem	Categoria 1ªordem	Indicadores	Códigos
Perceção do papel do psicólogo	Papel do psicólogo na instituição	Papel de mediador/apazigua dor	Participantes referem que o psicólogo institucional é visto como apaziguador/media dor perante os outros técnicos/educadore s e jovens	G11.2, A10.1 e G5.13: Psicólogo é bem visto na instituição, tem um papel de apaziguamento, é chamado à resolução de conflitos e intervenção em crise G10.1 e G10.2: Psicólogo tem um trabalho de apaziguamento consoante os outros técnicos e educadores G10.3: Intervenção multidisciplinar e papel do psicólogo como apaziguador e mediador C11.4: Psicólogo funciona muitas vezes como um “SOS” das situações
		Faculta <i>empowerment</i>	Participante refere que o psicólogo faculta empowerment	G10: Facultam algum <i>empowerment</i>
		Psicólogo como apoio	Participante refere que o psicólogo apoia a equipa	C11.7 e B9.2: Psicólogo é bastante respeitado, compreendido e lhe solicitado apoio E10.5:

				Necessidade da equipa educativa recorrer ao psicólogo
		Psicólogo institucional diferente do psicólogo formal	Participante refere que o psicólogo institucional é diferente do psicólogo formal	<p>B4.2, C13.3 e C13.2: Psicólogo institucional afetuoso diferente do psicólogo formal</p> <p>A10.3: Papel do psicólogo na instituição não pode ser de terapeuta</p> <p>A3.1: Estabelecimento de uma relação terapêutica é diferente da relação que se estabelece na instituição</p> <p>C13.5 e E12.5: Pra se criar uma relação terapêutica tem de haver um certo distanciamento sendo diferente do papel do técnico com formação em psicologia</p> <p>A4.8: Transversalidad e do não exercer psicologia em contexto institucional</p>
		Perigos no exercer de psicologia em instituição	Participante refere que é arriscado exercer psicologia em instituição	A4.10: Risco de exercer psicologia em contexto

			institucional
Visões sobre a profissão de psicólogo	Psicólogo pró-social e não abordagem individualista	Participante refere que o psicólogo é pró social e não tem uma abordagem individualista	F11.5: Percepção que é pró-social e não se foca apenas no individual
	Trabalho solitário	Participante refere que o trabalho do psicólogo é solitário	G13.1: Trabalho do psicólogo por vezes é solitário e foi fundamental a criação da ordem dos psicólogos
Desconstrução da imagem do psicólogo	Necessidade de desconstruir a imagem do psicólogo	Participante refere é necessário desconstruir a imagem acerca do psicólogo	G11.1: Desconstrução da imagem do psicólogo
	Necessidade dos psicólogos desabafarem	Participante refere que os psicólogos também desabafam	G10.6: Psicólogos também precisam de desabafar
Percepção sobre psicólogo clínico		Participante refere que o psicólogo clínico se focaliza apenas o individual, é um profissional fechado e tem uma ação pouco sistémica	F11.3: Percepção de que o psicólogo clínico focaliza o individual F11.4: Psicólogo clínico é fechado e tem uma ação pouco sistémica
Percepção dos jovens acerca do	Visão negativa dos jovens sobre o psicólogo	Participantes referem que a maioria dos jovens	A11.1: Jovens têm uma ideia má acerca dos

psicólogo		têm uma visão negativa em relação ao psicólogo recusando ter acompanhamentos psicológicos	psicólogos A11.2: Imagem negativa acerca do psicólogo A11.3: Muitos jovens recusam ter acompanhament o psicológico B10.4: Não preferência dos jovens pelos acompanhament os psicológicos
	Visão positiva	Participantes referem que quando os jovens saem da instituição valorizam o papel do psicólogo e reconhecem que o trabalho do psicólogo é fundamental	A11.5: Valorização do papel do psicólogo por parte dos jovens quando saem da instituição E11.6: Reconheciment o do trabalho do psicólogo como algo positivo por parte do jovem
Perceção positiva do psicólogo por parte das equipas		Participantes referem que existe a valorização do papel do psicólogos pelos restantes trabalhadores e entidades externas e é lhe concebida competência apesar de ser visto como um profissional fechado	F11.6: Psicólogo é uma mais-valia E11.5: Valorização do trabalho do psicólogo pelos outros elementos da equipa técnica E11.7: É reforçado o trabalho do psicólogo por entidades externas mas é mais reforçado internamente F11.7: Colegas observam o psicólogo como

		uma pessoa fechada mas é lhe concebida uma grande competência
Desconhecimento dos jovens do papel do psicólogo	Participante refere que os jovens desconhecem o papel do psicólogo	B11.1: Percepção de que os jovens não sabem o que é um psicólogo
Admiração dos jovens face ao psicólogo	Admiração dos jovens em relação a quem é psicólogo	B11.2: Admiração dos jovens face à própria por ser psicóloga
Desmistificação da ideia dos jovens acerca do papel do psicólogo	Participante refere que os jovens começam a desmistificar o papel do psicólogo com a entrada dos psicólogos nas escolas	E11.2: Com psicólogos nas escolas desmistificou-se a ideia dos jovens acerca do papel do psicólogo

Categoria 3ª ordem	Categoria 2ª ordem	Categoria 1ª ordem	Indicadores	Códigos
				B5.5, A3.7 e C13.6: Se necessário recorrem aos serviços externos de saúde mental A10.5 e F12.4: O papel do Psicólogo é encaminhar se necessário a jovem para serviço de psicologia ou outro serviço
Serviço de psicologia prestado no exterior	Motivo do serviço de psicologia ser prestado no exterior	Princípio da instituição	Participantes referem que o serviço de psicologia é prestado no exterior e que é um princípio da instituição	G2.11: Princípio da instituição de que os serviços de psicologia são exercidos no exterior
		Difícil exercer psicoterapia na instituição	Participantes referem que um motivo de não exercer psicologia é o facto das dificuldades que encontrariam se tivessem de exercer psicoterapia	A1.9: Dificuldades no trabalho institucional como psicólogo
		Maior rentabilidade das consultas de psicologia externas	Participantes referem que existe mais rentabilidade das consultas de psicologia externas do que com o psicólogo da instituição	E11.3: Em consulta de psicologia externa a jovem é mais colaborativa e é um processo mais rentável do que se a consulta for com o psicólogo da instituição A10.4: Devido ao envolvimento pessoal do psicólogo da instituição, se aplicasse um instrumento de avaliação os

				resultados podrían ser enviados
--	--	--	--	---------------------------------------

Categoria 3ª ordem	Categoria 2ª ordem	Categoria 1ª ordem	Indicadores	Códigos
Satisfação/insatisfação	Motivos da satisfação	Por causa de mudanças e concretização de objetivos	Participantes referem que sentem satisfação com as mudanças e concretização de objetivos na instituição	A12.2: Sentimento de progresso das práticas da instituição A12.4: Abertura da instituição em adaptar a realidade de consumo das jovens F12.8: Existência de fases difíceis mas é gratificante ver que evoluíram B12.4: Os resultados positivos satisfazem a nível emocional e pessoal a equipa
		Na instituição atual	Participantes referem que sentem satisfação por estarem na instituição atual	D1.7: Satisfação face à instituição atual
		Sentimento de valorização	Participantes referem que sentem satisfação por serem valorizados	C11.1: Sentimento de valorização D11.1: Reconhecimento por parte da equipa técnica do papel do psicólogo C11.10: Sentimento de valorização do trabalho do psicólogo

		Gosto por o que faz	Participante refere que sente satisfação por ter gosto por o que faz	A12.1: Satisfação com o que faz D12.1: Gosto por trabalhar com jovens F12.1: Trabalhar no lar é uma paixão G12.1: Gosto em trabalhar no lar de infância e juventude F5.7: Verifica que as equipas sentem satisfação no que fazem e resultados que obtêm
		Opinião respeitada	Participante refere que sente satisfação por a sua opinião ser respeitada	C11.2: Perceção que a sua opinião é respeitada
		Por ser apoiado e gestão de emoções	Participante refere que sente satisfação por ser apoiado	B12.2: Sentir que somos apoiados e gestão de emoções
		Pelo sucesso dos jovens	Participante refere que sente satisfação com o sucesso dos jovens	F12.2: Satisfação está no sucesso das crianças e jovens do lar F12.7: Satisfação ao ver os jovens na universidade e estáveis na vida
		Por ajudar vidas da comunidade	O participante refere que sente satisfação por ajudar na mudança de vidas da comunidade	F12.10: Satisfação em ajudar a mudar vidas da comunidade
		Autonomia de ação	Participante refere que sente satisfação com a autonomia	F12.11: Satisfação porque a instituição dá autonomia de ação

		de ação que a instituição dá		
	Boa relação	Participante refere que sente satisfação com a boa relação entre os colegas de trabalho e os jovens	G12.2: Criação de uma boa relação com os colegas de trabalho e com a população com quem está a trabalhar	
	Desafios e imprevisibilidade e de tarefas	Participante refere que sentem satisfação com os desafios e imprevisibilidade de tarefas	G12.3: Gosto por desafios e imprevisibilidade das tarefas a desenvolver ao longo do dia	
	Satisfação com o trabalho dos outros		Participantes referem que sentem satisfação com o trabalho dos outros	B12.1: Satisfação com a equipa, liderança e apoios D11.3: Equipa técnica e direção técnica reconhecem a importância do psicólogo G12.6: Gratificação por trabalhar no lar e orgulho pelos trabalhadores
	Promoção da qualidade e satisfação do trabalho do psicólogo	Repensar os recursos humanos	Participantes referem que para promover a satisfação do psicólogo é necessário repensar nos recursos humanos	C13.4: Mais recursos, apoios e acompanhamentos psicológicos externos A13.4: Mais pessoas a trabalhar permitiria cumprir os planos e alcançar os objetivos A13.2: Repensar nos recursos humanos

				<p>A13.3: Mais recursos humanos permitiriam menos sobrecarga de trabalho</p> <p>A13.1: Se a psicóloga deixa-se de ter funções de gestora de caso e fizesse acompanhamento psicológico seria mais fácil</p> <p>F13.1: Mais técnicos e recursos financeiros</p>
		Utilização do reforço positivo	<p>Participante refere que o reforço positivo é um elemento importante para promover a satisfação do Psicólogo</p>	<p>E13.5: Reforço positivo às jovens também é importante</p> <p>E13.3: Existência de reforço positivo tanto para os jovens como para os técnicos e valorização do que já foi feito bem</p>
		Formação e atualização de conhecimentos e novas terapias	<p>Participante refere que o ter mais formação e atualização dos conhecimentos e novas terapias é uma mais-valia e promove a satisfação do psicólogo</p>	<p>E13.1: Necessidade de formação</p> <p>E13.2: Atualização dos conhecimentos e novas terapias</p>
		Mais tempo e organização do dia	<p>Participante refere que é importante para a técnica haver mais</p>	<p>B13.2: Mais tempo</p> <p>B13.3: Estruturar melhor o dia</p>

			tempo e organização do dia para se promover a satisfação do psicólogo	
Insatisfação	Práticas do psicólogo	Participantes referem algumas práticas do psicólogo que consideram insatisfatórias		A12.6: Acompanhamento não é feito C13.1: Práticas dos psicólogos são diferentes nas várias instituições sendo uma desvantagem E12.2: No início devido ao desconhecimento, falta de experiência e histórias complicadas das jovens é difícil este trabalho
	Dificuldade papel da família do jovem	Participante refere a desvantagem das jovens voltarem para a família de origem		E12.8: Ganhos da jovem e a família acaba por prejudicar o projeto de vida da jovem E12.11: Quando as jovens voltam para as famílias não têm acompanhamentos nas várias especialidades colocando em risco o futuro da jovem
	Horário preenchido	Participante refere que tem o horário preenchido com a instituição		F12.13: Horas a mais na instituição
	Trabalho burocrático	Participante refere que tem		F12.12: Insatisfação com

--

	imenso trabalho burocrático	o trabalho burocrático que é imenso
Inconsistência das medidas do tribunal	Participantes referem a insatisfação relativamente a medidas do tribunal	G12.4: Algumas medidas que o sistema de promoção e proteção impõe E12.9: Decisões do tribunal não vão de encontro à opinião dos técnicos da instituição E12.10: Tribunal toma decisões não tendo em consideração o processo educativo da jovem
Incompreensão de formas atualizadas de intervenção	Participante refere que se sente insatisfeita por as pessoas mais velhas não compreenderem novas formas de intervenção	D11.2: Dificuldade das pessoas mais velhas em compreenderem formas atualizadas de intervenção
Desmotivação face ao não reconhecimento do trabalho	Participantes referem insatisfação por desmotivação face ao não reconhecimento do trabalho	E13.4: Desmotivação face ao não reforço positivo D13.1: Mais reconhecimento D13.2: Mais reconhecimento para termos mais motivação D13.3: Desmotivação face ao não reconhecimento do papel do

		psicólogo
Esforço de horário	Participante refere insatisfação por não reconhecimento pelo esforço de horário	D12.6: Não reconhecimento do seu esforço de horário
Limitação na progressão da carreira e salário	Participante refere que se sente insatisfeita financeiramente e por não progredir na carreira	F12.14: Limitação na progressão da carreira F12.15: Não recompensada pelo salário e não progressão da carreira D12.5: Insatisfação relativamente a questões financeiras D12.7: Insatisfação relativamente ao salário e falta de reconhecimento do seu trabalho
Necessidade de existirem mais psicólogos na instituição	Participante refere que sente insatisfação por não existirem mais psicólogos no lar pois há muito trabalho a ser feito	G11.3: Insatisfação por não existirem mais psicólogos a trabalhar no lar pois há muito trabalho para ser feito
Trabalho desgastante	Participantes referem consequências nefastas do trabalho institucional	E12.1: Desgastante ao nível emocional F12.9: Insatisfação no sentido que é um trabalho que traz ansiedade

Códigos não categorizados

- A12.5: Criação do projeto das unidades diferenciadas foi benéfica
- A12.3: Proporcionar de privilégios às jovens
- C11.3: Responsabilidade acrescida do psicólogo em produzir mudanças e dar respostas
- B12.4: Perceção de que os jovens sentem que a equipa faz o melhor por eles
- B7.2: Atribuição de muita importância à equipa educativa
- G10.10: Todos os saberes dos técnicos vão dando resposta às necessidades dos jovens e promoção dos talentos dos jovens através de parcerias
- F2.1: Formação em psicologia mas é diretora técnica
- G2.1: Formação em psicologia mas desempenho do papel de diretor técnico
- B2.2: Exercer psicologia
- D2.2: Ganho de experiência pela acumulação de funções
- E2.2: Responsável pelo serviço de psicologia
- A3.3: Intervenção em crise devido á escassez de recursos
- B2.3: Coordenadora de crianças e jovens
- C2.1: Função de coordenadora
- D2.3: Funcionamento da instituição em equipa multidisciplinar
- E2.13: Atendimento às necessidades da instituição
- B7.4: Trabalho em equipa multidisciplinar e atribuição de funções
- D8.2: Formação determina as funções a desempenhar na instituição
- D8.3: Educadora social mais preparada para dinamizar atividades com os jovens
- F8.2: Socióloga tem melhor visão sobre o grupo
- F8.3: Psicóloga e educadora estão atentas a questões de educação
- E10.7: Existência de funções específicas destinadas à área de psicologia
- G7.5: Perceção de que o diretor da instituição não é mais importante que ninguém
- E10.4: Importância do contributo do psicólogo para o trabalho multidisciplinar
- D7.13: Existência de uma assembleia de jovens em que estes definem as regras e dinâmicas do LIJ
- E12.7: Há sempre trabalho para fazer em todas as áreas
- F11.1: Esquecemo-nos que formação tem cada elemento da equipa técnica
- E7.6: O trabalho com a segurança social e tribunais também é trabalho em equipa
- G8.2: Trabalho multidisciplinar adaptado à população com quem estamos a trabalhar
- D7.11: Equipa educativa trabalha por turnos e tem também dias de descanso
- A9.1: Pontos de vista diferentes porque as formações também são diferentes
- A5.2: Progressos em termos de atualmente haver abertura para o diálogo e maior estabelecimento de relação com as equipas
- A10.2: Contributo quanto ao projeto de vida de cada jovem
- F10.1: Dar o seu ponto de vista, e pôr em prática
- C10.1: Nível emocional e comportamental jovem
- F4.1: Tarefas são tantas que a formação se encaixa de alguma forma
- E10.3: Psicólogo mais habilitado para definir estratégias e dar orientações
- 6.1: Aprendizagem constante
- E6.6: Gosto do trabalho com as famílias embora reconheça que é difícil e não está tão presente este tipo de trabalho
- A4.9: Papel do psicólogo aprendido durante a formação académica é diferente de estar em contexto institucional
- C11.5: Imprevisibilidade do trabalho e recorrência ao psicólogo
- C11.6: Dar respostas a todas as situações é complicado
- D12.3: Jovens difíceis dependem da forma como intervimos
- A4.11: Diferenças de género no trabalho institucional

E4.2: Apenas em contacto com o trabalho institucional é que se tem o conhecimento real do trabalho

E4.3: Cada vez mais os jovens têm problemas, carecendo de acompanhamentos psicológicos

B5.3: Existência ou não da necessidade de acompanhamento

B5.4: Existência de acompanhamentos informais, espaços de conversa

A11.4: Rapazes são menos resistentes que as raparigas, sobre assuntos sentimentais e íntimos

E11.4: Perceção de algumas jovens que precisam de ajuda psicológica e comparação ao grupo

F12.3: Perceção de que pode ser criticada por misturar a componente profissional com a componente afetiva

B13.1: Difícil em contexto institucional promover a satisfação do psicólogo

A1.6: Os preconceitos em torno dos jovens institucionalizados, formam impressões erradas

C4.2: Paralelamente faz prática clínica

D1.5: Receio do trabalho institucional

D12.2: Pensava que ia ter dificuldades e que não ia ter o perfil adequado

F7.3: Projeto de criar um lar pequeno com o objetivo de ser um ambiente familiar para as crianças e jovens

F7.4: Projeto de que a instituição deveria ser um contexto normativo de vida e não de estigmatização

F7.8: Os jovens adquirem autonomia como os jovens de famílias comuns

F7.6: Casa especial, onde se pretende desinstitucionalizar a instituição

F7.7: Promoção da inserção escolar e progressão escolar

E5.3: O maior conhecimento acerca dos jovens é por parte dos funcionários da instituição

B7.1: Perceção de que a instituição tem um funcionamento diferente das outras

F7.10: Possibilidade da não separação das fratrias e participação dos jovens na organização da casa

F7.11: Reuniões semanais feitas pelos jovens com o intuito de melhorarem, darem sugestões de atividades e programarem as suas férias

F8.5: Atividades extracurriculares permitem a inclusão dos jovens

E12.12: As jovens que voltam para contexto familiar têm menos sucesso do que as que não voltam

G10.9: São jovens úteis à sociedade e jovens artistas

F12.6: Afetos são transversais ao trabalho profissional, exigência e caminho que cada um faz

F7.14: Temperamentos difíceis dos jovens mas quando mudam os seus comportamentos tornam-se integrados e felizes

A8.4: Psicóloga percebe as lacunas que existem na componente afetiva

A3.4: Estimulação de determinadas competências e reforçar comportamentos positivos

B2.7: Necessidade de por vezes assumir o papel de educadora

G2.10: Exigir que a psicóloga trabalhe com os jovens as competências sociais e pessoais

A.2.1: Funções de acordo com contexto institucional

A2.2: Existência também de funções obrigatórias

A2.5: Seguir o que a segurança social indica

F5.4: Instituição sem logótipo para não estigmatização e identificação

F2.2: Responsável pela área social e comunitária

F2.3: Coordena respostas sociais: serviço de atendimento e acompanhamento social, ATL, CAT e LIJ

F2.7: Coordenação de um apartamento de autonomia

C9.3: Responsabilidade da equipa técnica de acordo com as crianças

G9.3: Cada elemento da equipa tem funções para que os jovens percebam a quem se dirigirem em determinadas situações

A4.6: Função de dar a conhecer aos seus superiores a não concretização de objetivos devido a escassez de meios

A5.12: Trabalho com as pessoas da instituição é mais importante que o trabalho burocrático mas este último também é necessário e útil

A5.8: É necessário responder às 3 valências

E12.4: Trabalho institucional é difícil, nem todas as pessoas, a nível da psicologia e mesmo da equipa educativa têm o perfil adequado

E8.1: Importância de respeitar o trabalho dos outros

E7.3: Uniformidade de critérios

F2.12: Instituição tem por objetivo promover o desenvolvimento local

F7.5: Criação do lar, uma casa especial, atendendo à individualidade dos jovens

F7.2: Lar nasceu em 1999

G8.1: Instituição fez 100 anos recentemente

C11.8: Está na valência de acolhimento embora quando solicitada supervisiona as outras valências

D2.15: Acompanhamento dos jovens pela equipa educativa

D2.16: Responsabilidade dos educadores pela área da saúde e acompanhamento dos jovens às consultas externas devido à escassez de recursos humanos por vezes os Técnicos adotam esta função

E10.4: Permite conhecer o jovem nos vários contextos

G7.3: Todos os funcionários são importantes, os funcionários de limpeza, os cozinheiros, equipa técnica e educadores

G7.4: Importância de um bom serviço administrativo e equipa de secretariado

F7.9: Equipa do lar interessada em resolver as situações dos jovens e promoção de uma relação positiva

E7.4: e E7.5: Responsabilidade partilhada

G3.3: O *background* da área da psicologia é superior ao do serviço social e educação social para trabalhar com pessoas em âmbito institucional

G10.7: Sensibilidade vai muito da paixão pela área que estamos a trabalhar, aptidão, competências que vamos desenvolvendo

G4.3: Experiência profissional levou ao trabalho atual, embora não tinha a ambição de ser diretor

A6.4: Importância de refletir com as jovens acerca de determinadas situações

G10.5: Promover a capacitação em conjunto com os outros trabalhadores

B13.4: Necessidade de amadurecimento no trabalho psicológico institucional

D10.2: Necessidade de motivar e estimular as competências dos jovens para estes optarem por percurso adaptativos

D12.4: Segredo é pensarmos que cada jovem exige uma determinada intervenção

E12.3: Tendência em envolver-se devido às histórias das jovens

F12.5: Trabalho dos afetos e exigência para com os jovens

G13.3: Psicólogo para colmatar as dificuldades tem ser uma pessoa desperta para as outras áreas

C10.2: Papel integrador do psicólogo das várias perceções

F11.8: Psicólogo com uma visão integrada do jovem

B4.5: Sentimento de gratificação por se formar e por desmistificar os preconceitos sociais

F2.5: Criação de um ambiente não institucional

F7.1: Perceção de que o trabalho multidisciplinar é o melhor do mundo

F5.3: Pouco apoio do estado

A4.1: Criação de expetativas face a todos os trabalhos

A4.2: Criação de expetativas e objetivos a alcançar consoante o trabalho

A3.6: Possibilidade de criação de espaço de partilha para as jovens desabafarem